

DESENVOLVIMENTO JUSTO E SOLIDÁRIO

"NOVO JEITO DE FAZER"



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

PLANO PLURIANUAL

2008-2011

Mensagem Governamental

Volume I



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

PLANO PLURIANUAL

2008-2011

Volume I

Fortaleza, 2007



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

GOVERNADOR DO ESTADO
Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR
Francisco José Pinheiro

CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR	IVO FERREIRA GOMES
CHEFE DA CASA CIVIL	ARIALDO DE MELLO PINHO
CHEFE DA CASA MILITAR	TEN.CEL. FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES
PROCURADOR GERAL DO ESTADO	FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	EDGAR LINHARES LIMA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	IVAN RODRIGUES BEZERRA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DE MEIO AMBIENTE	ANDRÉ BARRETO ESMERALDO
SECRETÁRIO DA FAZENDA	CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	SILVANA MARIA PARENTE NEIVA SANTOS
SECRETÁRIO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL	ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO	MARIA ISOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FÁTIMA CATUNDA ROCHA MOREIRA DE ANDRADE
SECRETÁRIO DA SAÚDE	JOÃO ANANIAS VASCONCELOS NETO
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	ROBERTO DAS CHAGAS MONTEIRO
SECRETÁRIO DA CULTURA	FRANCISCO AUTO FILHO
SECRETÁRIO DO ESPORTE	FERRUCIO FEITOSA
SECRETÁRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	RENÉ TEIXEIRA BARREIRA
SECRETÁRIO DO TURISMO	BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
SECRETÁRIO DOS RECURSOS HÍDRICOS	CESAR AUGUSTO PINHEIRO
SECRETÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA	ADAIL DE CARVALHO FONTENELE
SECRETÁRIO DAS CIDADES	JOAQUIM CARTAXO FILHO
DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO	LUCIANO SIMÕES HORTÊNCIO DE MEDEIROS



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

PLANO PLURIANUAL

2008-2011

Volume I

Fortaleza, 2007



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

SECRETÁRIA	SILVANA MARIA PARENTE NEIVA SANTOS
SECRETÁRIA ADJUNTA	DESIRÉE CUSTÓDIO MOTA GONDIM
SECRETÁRIO EXECUTIVO	LUIZ GONZAGA COSTA EVANGELISTA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO	CARLOS EDUARDO PIRES SOBREIRA PHILIPPE THEÓPHILO NOTTINGHAM
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA	HENRIQUE BARBOSA SILVA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	FILOMENA MARIA LOBO NEIVA SANTOS
COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO	MARIA LUCIA RABELO DE ANDRADE
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	RICARDO LEITE SOARES
COORDENADORIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS CORPORATIVOS	CARMEN SILVIA DE CASTRO CAVALCANTE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS E REMUNERAÇÃO DE PESSOAS	SILVANA MARY LIMA DA SILVA
COORDENADORIA DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	SONIA MARIA MESQUITA MOURA
ASSESSORIA DE ESTRATÉGIAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	LÍCIA MARIA VIANA BEZERRA
ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA- FINANCEIRA	MÁRIO FRACALOSSI JÚNIOR
ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	FÁTIMA COELHO BENEVIDES FALCÃO
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PATRÍCIA MARIA CAMPOS PINHEIRO
ASSESSORIA DE PUBLICIZAÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO	MARCIA MARIA ANDRADE NUNES ACIOLI
ASSESSORIA JURÍDICA	GERARDO MARCIO MAIA MALVEIRA
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	MARCOS COSTA HOLANDA



ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM Nº. _____, de _____ de _____ de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Ex^a para submeter, para apreciação, o Projeto de Lei, do Plano Plurianual 2008-2011, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do **Artigo 165 da Constituição Federal** e o **Artigo 203, inciso I da Constituição Estadual do Estado do Ceará**.

Em conformidade com as disposições constitucionais supra, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. É, pois, o PPA, o instrumento normativo, que materializa o planejamento por meio de programas e ações. É a partir desse Plano Plurianual que se definirão as metas e prioridades que, constando da LDO a cada exercício, nortearão a elaboração da Lei Orçamentária respectiva.

O Plano Plurianual 2008-2011 inaugura, nesta Gestão, um “novo jeito de fazer”, pois, conforme compromisso assumido por este Governo, seria feito de modo participativo, ouvindo as representações da sociedade, do poder local e do setor privado, e com enfoque regional, compreendendo as demandas coletivas e potencialidades das regiões do Estado.

De fato, foi feito um amplo esforço de mobilização com grande envolvimento de Governo e Sociedade, que terá continuidade nas etapas de execução, monitoramento e avaliação das ações de governo.

O PPA 2008-2011 apóia-se em três grandes orientações estratégicas: *Economia para uma vida Melhor, Sociedade Justa e Solidária, Gestão, Ética Eficiente e Participativa*. Esses são os eixos que nortearão todas as ações, traduzindo-se na oferta de oportunidades iguais de ascensão social e econômica para todos os cearenses.

Portanto, as estratégias a serem implementadas ao longo do próximo quadriênio possuem aderência à realidade cearense e valorizam a estabilidade macroeconômica do Estado, no intuito de alcançar o crescimento sustentado e promover a inclusão econômica e social das populações, sem, no entanto, afetar o seu equilíbrio fiscal. Para isso, foram considerados cenários macroeconômicos e fiscais consistentes que não comprometessem a capacidade de financiamento e dos gastos públicos, estando eles rigorosamente ajustados ao programa de ajuste fiscal do Estado.

Para garantir a consecução desses objetivos, o meu governo envidará esforços para ampliar a base de financiamento do PPA 2008-2011, buscando aumentar o portfólio de oportunidades de investimentos públicos e privados. A viabilização desses investimentos passa pela necessidade de implementação de novos arranjos contratuais que possam otimizar o aporte de recursos orçamentários ou mesmo melhorar a sua utilização na execução de projetos estratégicos de interesse público.

Consentâneo com as proposições de governo e sociedade e a realidade fiscal do Estado, o atual Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 envolveu a alocação de recursos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, articulando parcerias nas três esferas de governo, agências multilaterais de financiamento do setor público, organizações sociais não-governamentais e parcerias privadas, para atingir os objetivos dos 127 programas, sendo 102 Programas Finalísticos e 25 de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais. Esses programas estão organizados segundo

Eixos de Políticas de Governo, denominados: Sociedade Justa e Solidária; Economia para uma Vida Melhor e Gestão Ética Eficiente e Participativa.

Descontados o pagamento da dívida, as transferências aos municípios e as despesas com previdência social, o dispêndio com os programas finalísticos e da área de gestão obedecem à seguinte distribuição por Eixo: 54,4% para o Eixo Sociedade Justa e Solidária, 35,9% para Economia para uma Vida Melhor e 9,7% para Gestão Ética, Eficiente e Participativa.

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre o planejamento desta Administração para os próximos anos, renovamos o compromisso de envidar esforços na ampliação do diálogo com essa Augusta Assembléia do Povo, em prol de resultados positivos em termos de desenvolvimento para o Estado do Ceará.

Aproveito tão boa oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração à pessoa de Vossa Excelência e aos ilustres pares dessa Casa Legislativa.

CID FERREIRA GOMES

Governador

Sumário

I - CONCEPÇÃO DO PPA 2008-2011	12
PRINCÍPIOS	12
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO	13
II - PANORAMA ECONÔMICO RECENTE.....	17
Cenário Macroeconômico para o Ceará.....	25
III - PREMISSAS MACROECONÔMICAS PARA O PPA	27
IV- ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO.....	29
DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO NO LONGO PRAZO	29
EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO	31
Economia para uma Vida Melhor	31
Sociedade Justa e Solidária	33
Gestão Ética, Eficiente e Participativa	35
RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO	37
V - PPA EM GRANDES NÚMEROS.....	42
Receitas Orçamentárias.....	43
Dispêndios por Eixo	44
Regionalização.....	43
VI - ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO	47
PRINCIPAIS PROGRAMAS POR EIXO E ÁREA DE ATUAÇÃO	47
PRINCIPAIS METAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO.....	49
VII - AÇÕES NÃO-ORÇAMENTÁRIAS.....	57
VIII - GESTÃO DO PPA 2008 - 2011	63
<i>Gerenciamento e responsabilidades</i>	64
<i>Avaliação e Revisão do PPA</i>	66

I - CONCEPÇÃO DO PPA 2008-2011

O Plano Plurianual ora submetido aos cearenses, para apreciação por seus legítimos representantes, orienta-se por uma construção coletiva, resultado do trabalho Diretrizes para o Plano de Governo realizado com diferentes segmentos da sociedade, no período de preparação para o pleito eleitoral, do direcionamento estratégico de governo, definido pelo seu corpo diretivo superior e das prioridades regionais eleitas nos fóruns de representação regional, já realizados na atual gestão. A estratégia da política de Governo e sua estrutura programática coadunam-se com a visão estruturante de longo prazo, proposta pelo Fórum Ceará, uma nova institucionalidade, formada por representantes da sociedade cearense, com o objetivo de construir uma agenda comum de condução de uma estratégia de desenvolvimento para o Estado e superação de grandes desafios para os próximos vinte anos.

A marca principal do Plano é o “novo jeito de fazer”. O importante não é apenas fazer mais, e sim, mais e melhor, superando as desigualdades entre pessoas e regiões, tendo como lema governar para todos. Isso significa construir juntos com participação social, cooperação e parcerias, ações inovadoras, negociações e busca de consensos.

Como condição para assumir esse compromisso, o Governo fundamentou-se em princípios que asseguram o alcance do seu objetivo-síntese de promover o **desenvolvimento econômico com justiça e solidariedade**.

PRINCÍPIOS

Visão estruturante de longo prazo – constitui-se na definição de um cenário de futuro para o Ceará, construído a partir de desafios para alcançar o desenvolvimento com maior equidade social e regional, na perspectiva de duas décadas; representa um projeto com estratégias pactuadas entre governo e sociedade.

Participação popular – compreende a ampliação dos espaços de interlocução e acesso dos diversos segmentos da sociedade às instâncias de tomada de decisões, no

âmbito do poder estadual. Trata-se de dialogar com colegiados regionais fóruns ou conselhos setoriais e temáticos, na perspectiva de convergências no compartilhamento de idéias e compromissos, buscando a construção de consensos. Pretende-se que a participação seja permanente em todo o ciclo de gestão do PPA e dos orçamentos anuais como instrumento de interação Estado e o cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas;

Enfoque Regional – Descentralização das ações do governo para melhorar a oferta e gestão dos serviços públicos e estimular o desenvolvimento territorial, buscando a interiorização e a distribuição eqüitativa da renda e riqueza entre as pessoas e regiões.

Gestão por Resultados - Pautada no compromisso de alcançar resultados que melhorem a condição de vida da população. Esses resultados serão medidos com indicadores que, por sua vez, orientam a organização dos programas e ações bem como a alocação dos recursos.

Integração de políticas e programas - Visa otimizar os resultados mediante a articulação e sinergia entre as diversas áreas de atuação do governo, tendo como foco o público-alvo nos diversos territórios cearenses.

Cooperação e Parcerias - Compreende o compartilhamento de responsabilidades no financiamento e gestão dos investimentos, envolvendo contratualização entre as esferas de governo e organizações da sociedade.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO

O processo de planejamento para elaboração do Plano Plurianual cumpriu uma fase de definição do direcionamento estratégico da política de governo, iniciando-se com o resgate dos compromissos firmados na campanha eleitoral em nível de três grandes estratégias orientadoras - Economia para uma Vida Melhor; Sociedade Justa e Solidária, Gestão Ética, Eficiente e Participativa - e de diretrizes setoriais. Para orientar a política econômica, alinhada com as diretrizes do Governo Federal, foi realizado o Seminário

sobre Crescimento no Ceará, com a parceria do Banco Mundial, com o objetivo de discutir fatores restritivos e propulsores da economia estadual e indicar propostas de ações para os temas priorizados.

Aplicando o sistema de Gestão por Resultados (GPR), o Governo promoveu a realização de oficina de trabalho com os Secretários e Secretários-adjuntos, para construir de forma integrada os resultados estratégicos desta gestão, de acordo com os três eixos de política governamental já comentados. O resultado desse trabalho está sintetizado em quadro apresentado em seção posterior e serviu de base para a elaboração dos resultados setoriais que compõem as matrizes de GPR de todas as secretarias e a formulação dos programas e respectivas ações e metas para o período do Plano.

Fundamentado no princípio da visão de longo prazo, e portanto, de planejar hoje para que a sociedade alcance o horizonte do desenvolvimento futuro esperado, o Governo orientou seu direcionamento estratégico pela agenda construída no Fórum Ceará – Idéias para um Futuro Melhor, que reuniu lideranças políticas, empresariais, governamentais e não-governamentais e da sociedade em geral.

Dando continuidade ao processo de elaboração do Plano Plurianual, o Governo realizou uma ampla consulta à sociedade, cumprindo quatro etapas: a primeira para sensibilizar os atores regionais a participar do processo de elaboração do PPA; a segunda, com o objetivo de ouvir a sociedade sobre seus temas críticos - problemas e potencialidades -, bem como para obter propostas de ação regional; a terceira, para eleger as propostas prioritárias; e, a quarta, para apresentar a versão preliminar do Plano Plurianual e indicar sugestões que possibilitem delinear um Sistema de Gestão Participativa com enfoque regional.

A coordenação do processo participativo de elaboração do PPA 2008-2011 foi de responsabilidade da Secretaria Estadual do Planejamento e Gestão (SEPLAG), em parceria com a Vice-Governadoria e a Secretaria das Cidades.

Na primeira etapa, foram realizadas, no período de 17 de abril a 10 de maio, 13 Reuniões de Sensibilização. Na ocasião, foram eleitos os delegados regionais com base em critérios previamente acordados. Os critérios de representação foram:

- Municípios com população até 20 mil habitantes – 10 delegados

-
- Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes – 12 delegados
 - Municípios com população entre 50 e 80 mil habitantes – 16 delegados
 - Municípios com população entre 80 e 120 mil habitantes – 20 delegados
 - Municípios com população com mais de 120 mil habitantes – 20 delegados

Os critérios de representatividade, por sua vez foram: 40% representantes dos poderes públicos (prefeituras, câmaras municipais, órgãos públicos federais) ; 40% da sociedade civil - segmento popular (associações de moradores, sindicatos, ONGs, igrejas, organizações estudantis etc.); e 20% da sociedade civil - segmento empresarial (Sindicatos, Associações, CDL, etc.).

Na segunda etapa de Oficinas Regionais de trabalho –“O Ceará que Queremos – Respeitando à Diversidade Regional”, foram realizados 13 eventos em todas as macrorregiões do Estado (quadro anexo), no período de 15 de maio a 06 de junho. Esses eventos tiveram, como finalidade precípua, promover a reflexão com os atores local/regional e o governo estadual sobre as realidades regionais, e identificar ações a serem contempladas no plano, buscando também, compartilhar estratégias futuras para o desenvolvimento das regiões.

Compareceram a esses eventos cerca de 1.880 pessoas, entre secretários de Estado, convidados, representantes das equipes técnicas governamentais e delegados escolhidos por ocasião dos encontros de sensibilização (quadro anexo).

Entre a segunda e terceira etapas, foi realizado um trabalho no nível interno do Governo pelas secretarias setoriais de pré-análise de viabilidade técnica e financeira das propostas de ações apontadas nessas oficinas regionais.

Após esse trabalho interno, iniciou-se a terceira etapa do processo, que teve como objetivo a priorização das propostas regionais apontadas na segunda etapa e pré-analisadas pelas secretarias setoriais, bem como a eleição dos delegados para participar Fórum Estadual. Nessa etapa, foram realizadas, no período de 09 a 27 de julho, 08 (oito) Oficinas Regionais nas macrorregiões do Estado, tendo comparecido cerca de 928 pessoas, entre delegados, secretários de Estado, convidados e equipes técnicas governamentais

A realização do Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado constituiu-se na quarta etapa do processo de participação social. Para representar as regiões no evento, foram indicados 294 delegados eleitos nas últimas oficinas regionais, e estiveram ainda presentes deputados estaduais, secretários de estado, técnicos das secretarias e representantes dos conselhos consultivos. Esse evento teve como objetivo a apresentação da versão preliminar do Plano Plurianual e a indicação de sugestões que possibilitassem delinear um sistema de gestão participativa com enfoque regional.

Número de representantes regionais nos eventos do PPA

Macrorregiões	Total participantes da 1ª oficina	Total participantes da 2ª oficina	Delegados eleitos para Fórum do PPA	Total de participantes do Fórum PPA
Total	1.880	928	294	240
RMF	230	117	42	32
Litoral Oeste	219	98	37	31
Sobral/Ibiapaba	216	172	37	28
Sertão dos Inhamuns	226	116	29	22
Sertão Central	279	107	32	27
Baturité	115	69	26	20
Litoral Leste/Jaguaribe	267	83	41	36
Cariri/Centro Sul	328	166	50	44

II - PANORAMA ECONÔMICO RECENTE

Economia mundial deverá crescer 3,4% em 2007

Segundo as estimativas de Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), a economia mundial deve manter seu crescimento, em 2007, pelo quinto ano consecutivo, a uma taxa de 3,4%. Esse crescimento continuará beneficiando as economias dos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, pelo lado das exportações, destacando os produtos básicos.

No entanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) está revisando as previsões do PIB mundial para 2008, tendo em vista os últimos acontecimentos que envolveram os principais países desenvolvidos, como os Estados Unidos, no caso dos bens imobiliários, e na Zona do Euro, com possível elevação das taxas de juros, dada a crise do mercado de crédito. Para os Estados Unidos, em 2008, a previsão é de 2,8%, e, para a Zona Euro, o FMI espera um crescimento de 2,5%.

Apesar da crise envolvendo esses países, o FMI estima um crescimento, mesmo que moderado, pois, segundo o Banco Central Americano (FED), a crise do mercado imobiliário tem poucos efeitos na economia real americana, tendo em vista que outros setores da economia, também importantes, estão em uma trajetória satisfatória de crescimento.

Banco Mundial diz que a Informalidade freia o desenvolvimento da América Latina

Os países integrantes da América Latina e Caribe vêm registrando, nos últimos anos, fraco desempenho econômico, destacando-se o Brasil. Com base nesse quadro, o Banco Mundial fez um estudo para identificar as possíveis causas desse fraco comportamento e concluiu que o maior problema da Região é o elevado grau de informalidade na economia. O Relatório do Banco Mundial, "Informalidade: fuga e exclusão", mostra que a informalidade dos trabalhadores urbanos na América Latina e no Caribe representa algo em torno de 54%, o que tem impedido a maioria dos países conseguir melhores resultados econômico e social.

Para o Banco, uma das saídas dessa situação, seria a adoção de políticas públicas mais eficazes, direcionadas às pequenas e micro empresas, aquelas com menos de cinco empregados ou que não têm registros no sistema de previdência social, e que afeta a arrecadação de impostos e, portanto, a oferta de serviços públicos.

Como já conhecidas, e o Relatório do Banco reforça, as maiores queixas dos informais estão na elevada carga tributária e na burocracia que a formalidade requer. Nesse sentido, o governo brasileiro recentemente adotou o SIMPLES, visando reduzir o grau de informalidade em sua economia.

A economia brasileira deverá crescer 4,5%, em 2007, segundo o IPEA

Particularizando a economia brasileira, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) deu um forte incentivo à economia do país, ao reduzir para 11,25% a Taxa de Juros Selic. A inflação controlada, dentro dos intervalos da meta oficial (3 a 4%), e um saldo líquido de emprego formal record, há muito tempo não registrado no Brasil, foram elementos suficientes para a redução da Selic, que alcançou o nível mais baixo desde sua criação.

Com o corte na Selic, o Brasil perde a primeira colocação dentre os países que praticam taxa de juros mais elevadas do mundo. Apesar de ser considerada, para os padrões internos, como muito boa, já que o Brasil tem um histórico de taxas de juros altas, ainda é elevada para os padrões internacionais. Com esse cenário, o Brasil deverá encerrar o ano de 2007 com uma Taxa Selic de 11% e uma taxa real de 7%, garantindo, assim, a menor taxa desde o Plano Real, 1994, preconizam especialistas do mercado financeiro.

Esse resultado beneficiará a economia brasileira, que deverá fechar o ano de 2007 com uma taxa no Produto Interno Bruto (PIB) de 4,3% e para 2008, a estimativa fica em torno de 4,0%, segundo as previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

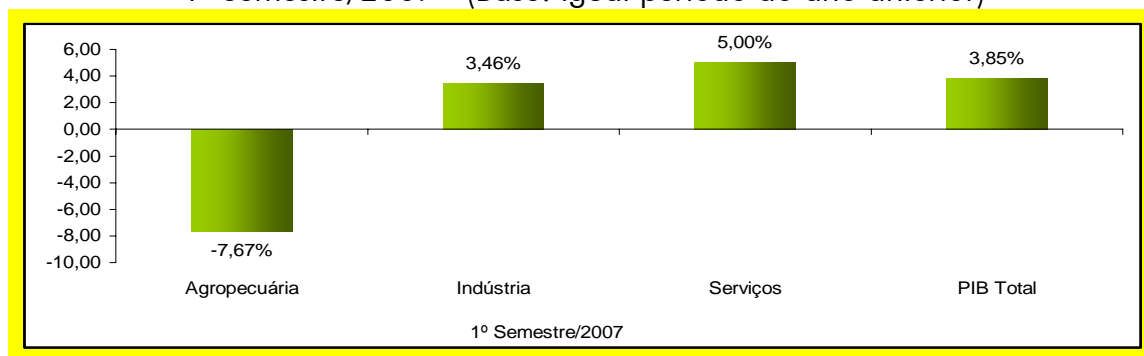
A economia brasileira continuará beneficiando-se de um ambiente externo favorável, com forte procura e subida dos preços das *commodities* em diversos mercados que registram elevado crescimento, como a China. Quanto ao mercado interno, deverá continuar aquecido apoiado no bom desempenho da Indústria e dos Serviços.

A economia cearense segue tendência do País e pode crescer mais de 4,0%, em 2007

O comportamento positivo da economia brasileira tem seus efeitos nas economias regionais, expressas pelos resultados de seus Produtos Internos, indicador que sintetiza a produção de bens e serviços dos vários segmentos econômicos. No caso do Ceará, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) prevê para 2007 um crescimento de 4% no PIB, acima da média anual de 3,5%.

Deve-se ressaltar, no entanto, que os resultados de 2007 podem ser mais favoráveis que os 4,0% previstos, desde que à Indústria e os Serviços, que registraram taxas positivas no primeiro semestre/2007, continuem crescendo no segundo semestre, o que seria normal, pois é uma tendência a economia crescer, nesse período, dado que esses segmentos se preparam para o atendimento das demandas de final de ano. Assim, espera-se que a Indústria, por meio da Construção Civil, continue com performance positiva, como ocorreu no primeiro semestre/2007, e impulse, ainda mais, a economia cearense. O mesmo espera-se do Comércio, que deverá ser o sustentáculo do crescimento do setor Serviços. Com menor participação, a Agropecuária, mesmo sem safra recorde, em 2007, estima-se que as produções de frutos e a de animal amenizem os efeitos da queda dos grãos e o setor feche o ano com resultados mais positivos (Gráfico 1).

Gráfico 1 –Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos por setores - Ceará
1º Semestre/2007 - (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IPECE.

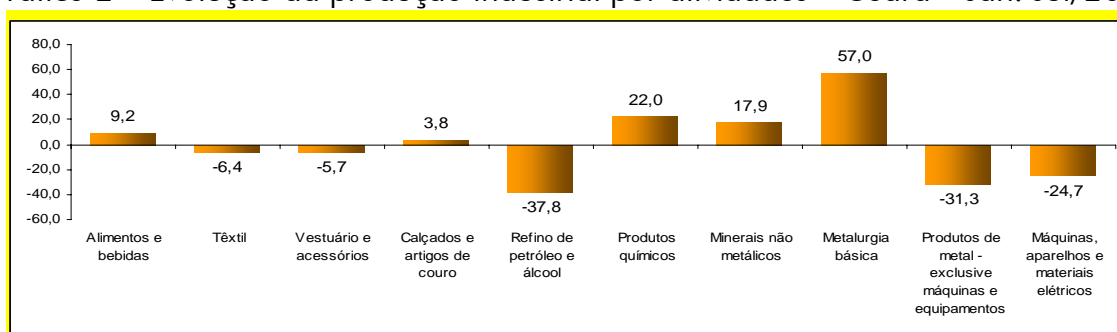
Comportamento dos principais indicadores conjunturais para 2007 e 2008

A economia cearense espera contar com a continuidade do aquecimento da Construção Civil, que vem mantendo uma tendência ascendente desde 2004. O segmento conta com uma série de fatores para seu crescimento, tais como uma maior disponibilidade de créditos, uma melhora na renda dos trabalhadores, e a própria conjuntura econômica do país. A Construção Civil foi contemplada, ainda, com uma série de medidas do Governo Federal, que resultou na expansão do volume de crédito e do mercado de capitais e, para os próximos anos está prevista, segundo o PAC, a continuidade de aumento do volume de crédito, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura, sugerindo uma boa performance para a Construção Civil, a um período de médio e longo prazo.

Vale ressaltar, também, as mudanças ocorridas nos limites para aquisição de imóveis com o FGTS, passando de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil. Cita-se, ainda, a ampliação da faixa de renda bruta familiar nas capitais e regiões metropolitanas para empréstimos com recursos do FGTS, que subiu de R\$ 3,9 mil para R\$ 4,9 mil.

No que se refere à indústria de Transformação, a Pesquisa Industrial Mensal/IBGE mostra que os principais segmentos industriais do Ceará, com possibilidades de contribuir para o crescimento da economia cearense são: os alimentos e bebidas; calçados; metalúrgica; minerais não-metálicos. Esses segmentos tiveram uma performance favorável nos sete primeiros meses de 2007, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução da produção industrial por atividades – Ceará – Jan. Jul/2007



Fonte: PIM-PF/Julho, IBGE.

Mais do que a Indústria, o Comércio, principalmente o Varejista, tem dado uma forte contribuição para o crescimento da economia cearense, nos últimos anos. Assim, o volume das vendas do varejo, nesse primeiro semestre/2007, acusou um crescimento de 14,1%. O comportamento foi influenciado pelas vendas dos segmentos de móveis e eletrodomésticos (16,9%); tecidos, vestuários e calçados (16,7%); hipermercados, supermercados e produtos alimentícios, bebidas e fumo (10,0%); e combustíveis e lubrificantes (9,0%). Com participações menores destacaram: equipamentos e materiais para escritórios, informática e comunicação (53,7%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (24,3%). As causas do desempenho positivo do Comércio residem na taxa de juros em queda, melhoria salarial, recuperação do poder aquisitivo da população, mais emprego formal.

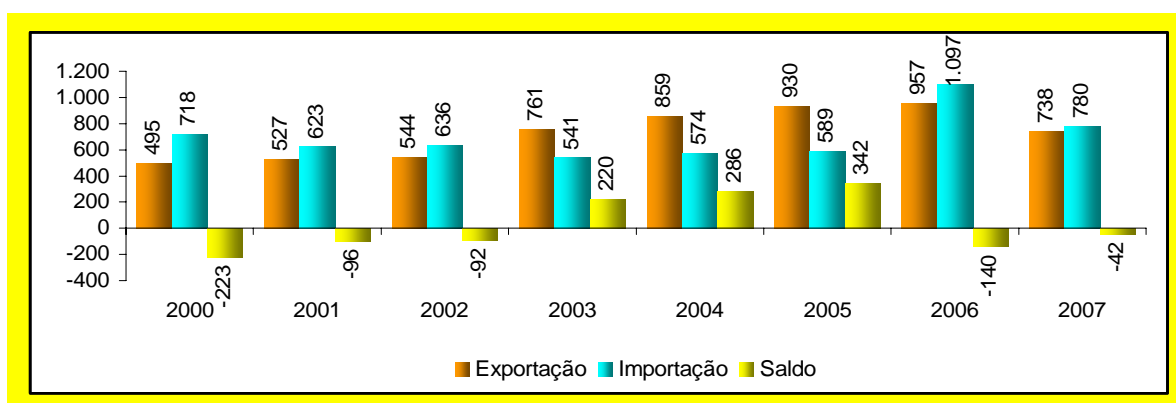
Tabela 1 – Evolução das vendas varejistas – Ceará – Janeiro-Junho/2007

Segmentos	Varição mensal - Junho (base: igual mês do ano anterior)	Varição acumulada no ano (base: igual período do ano anterior)
Combustíveis e lubrificantes	26,51	9,00
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,48	9,95
Hipermercados e supermercados	5	12,10
Tecidos, vestuário e calçados	19,82	16,73
Móveis e eletrodomésticos	11,58	16,92
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,01	12,55
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,27	1,46
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	81,21	53,69
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	14,27	24,26

Fonte: IBGE.

Pelo lado externo, as exportações têm se mostrado como um elemento importante para a formação do PIB estadual. No acumulado de 2007, de janeiro a agosto, as exportações registraram uma receita de US\$ 737,85 milhões, as importações, US\$ 779,91 milhões, o que resultou em um saldo comercial deficitário de US\$ 42,1 milhões. O Fluxo do Comércio Internacional, que sintetiza o somatório de todas as transações com as exportações e importações, já acumula, em 2007, um valor de US\$ 1,5 bilhão, graças à diversidade de sua pauta de produtos exportados e de conquista de novos mercados.

Gráfico 3 - Evolução do comércio exterior – Ceará – 2000-Janeiro-Agosto/2007



Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.

As exportações dos produtos industrializados, de 2000 a 2007, ganharam participação e, em 2007, de janeiro a julho, os industrializados alcançaram o patamar de 73% e os básicos, 26%, aproximadamente (Tabela 2). Esse resultado sugere que houve uma influência dos investimentos industriais ocorridos no Ceará em meados da década de 90, com uma presença forte das indústrias de calçados oriundas do sul e sudeste do país.

Tabela 2 – Evolução das exportações por fator agregado – Ceará – 2000-2007 (*)

Anos	Produtos Básicos	Part. %	Industrializados	Part. %
2000	199.099	40,19	285.389	57,61
2001	169.675	32,16	346.117	65,59
2002	197.829	36,3	336.130	61,67
2003	255.194	33,46	499.472	65,5
2004	286.934	33,3	570.504	66,22
2005	296.678	31,78	630.063	67,49
2006	288.085	29,95	657.618	68,37
Jan-Jul/2006	157.775	28,95	375.954	68,99
Jan-Jul/2007	158.690	25,56	451.316	72,69

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.

(*) Jan.-Jul./2007. Os valores estão em US\$ 1.000/FOB. A soma dos percentuais dos básicos e dos industrializados não fecha os 100%, tendo em vista a existência de produtos não especificados.

Em termos de produtos, em 2001, as exportações da amêndoa da castanha de caju perderam a liderança das exportações cearenses, que vinha desde 1980, para os calçados que passaram a liderar, a partir daquele ano, a pauta dos exportados. Em 2006, o Ceará passou da terceira colocação para a segunda, que era ocupada por São Paulo, em valor e em volume, dentre os maiores exportadores do país. Em 2007, o Ceará continua na segunda posição, com uma participação de 14,8% contra 10,9% de São Paulo. O Rio Grande do Sul vem perdendo participação e o Ceará tem se apropriado dessa fatia. Como pode ser observado na Tabela 3, dentre os três

estados citados, apenas o Ceará apresenta um crescimento real (27,5%) nas exportações de janeiro a agosto/2007 sobre o mesmo período de 2006. Merecem destaques, ainda, como novos produtos as flores e frutas, segmentos em que o Estado tem se posicionado entre os principais exportadores brasileiros.

Tabela 3 – Exportações de calçados – Brasil, Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo –
2007

Estados	Valor - Jan-Ago/2006	Kg - Jan-Ago/2006	Valor - Jan-Ago/2007	Kg - Jan-Ago/2007	Var. % Valor	Var.% Kg
Ceará	159.816	14.219	203.710	15.851	27,5	11,5
Rio G. do Sul	911.530	38.129	889.595	33.456	-2,4	-12,3
São Paulo	162.160	8.337	150.348	7.244	-7,3	-13,1
Demais	110.321	9.178	136.980	10.075	24,2	9,8
Total	1.343.827	69.864	1.380.633	66.625	2,7	-4,6

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.

(*) Jan.-Ago./2007. Os valores estão em US\$ 1.000/FOB. A soma dos percentuais dos básicos e dos industrializados não fecha os 100%, tendo em vista a existência de produtos não especificados.

Em termos de mercados, os maiores parceiros comerciais do Ceará, nas exportações, continuam sendo os Estados Unidos, com uma participação de 29,8%. Em anos anteriores essa participação já foi maior, o que evidencia a ampliação de mercados já parceiros e a conquista de novos mercados.

Vale lembrar que as exportações cearenses, em 2007, têm chances de fechar o ano com um valor acima de US\$ 1 bilhão, meta governamental que não foi possível sua efetivação, em 2006. Neste ano, as exportações têm registrado taxas mensais superiores às indicadas ao longo de 2006, mesmo com o dólar desfavorável e a concorrência externa a seus produtos, como têxtil e calçados.

Quanto ao mercado de trabalho, conjuntamente, o ritmo de crescimento da economia cearense tem determinado uma expansão no mercado de trabalho formal. De 2000 a janeiro-julho/2007, acumulou um saldo líquido (admitidos menos desligados) de 190.766 postos de trabalho (Tabela 5). A indústria, o comércio e os serviços são os maiores criadores de empregos formais no Ceará.

Tabela 5 – Indicadores de empregos formais (n0) – Ceará – 1999-2006

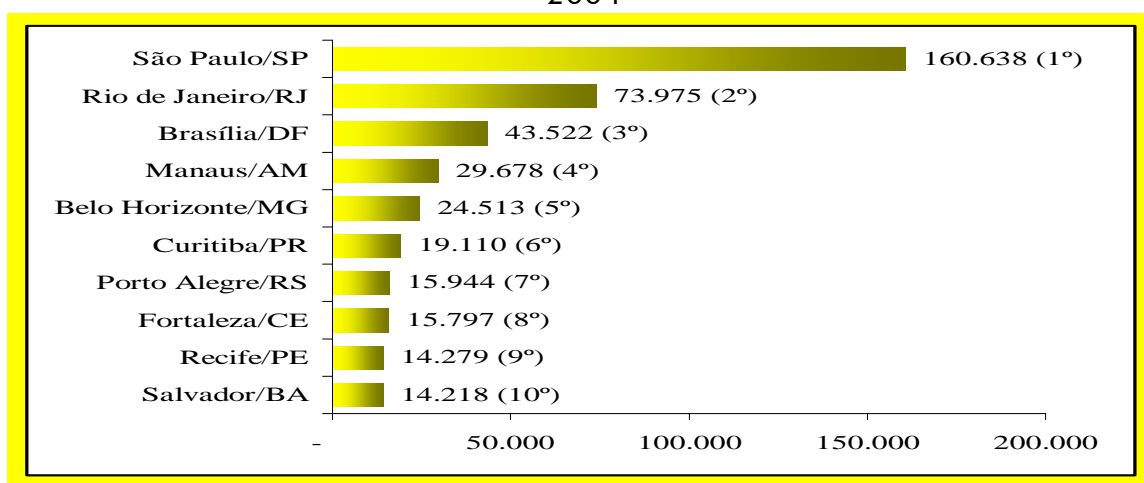
Anos	Construção Civil	Transformação	Serviços	Comércio	Total
2000	-2.246	8.421	7.098	3.932	17.779
2001	-2.217	-1.509	16.180	2.661	17.081
2002	-484	12.046	9.073	7.892	30.831
2003	-1.402	4.480	9.656	4.501	18.645
2004	1.015	12.138	8.340	8.964	31.240
2005	413	4.607	14.126	9.296	30.875
2006	4.752	6.597	11.516	9.192	33.560
Jan-Jul./2007	2.477	3.199	5.933	2.431	10.755
2000-2007 (*)	2.308	49.979	81.922	48.869	190.766

Fonte: CAGED/MTE.

Fortaleza, pela segunda vez, tem a primeira economia dentre as capitais do Nordeste

A pujança da economia de Fortaleza a tem destacado, por dois anos consecutivos, como a primeira economia das nove capitais nordestinas, superando Recife e Salvador e, na 8ª posição em relação às demais capitais brasileiras, como mostra a Gráfico 4.

Gráfico 4 – As dez primeiras Capitais com maior PIB (*) – Capitais Seleccionadas - 2004



Fonte: IBGE.

(*) Valor em R\$ Milhão.

A economia cearense ainda está concentrada na RMF

Em termos de produção econômica, Produto Interno Bruto (PIB), a Região Metropolitana de Fortaleza continua liderando a economia do Estado. No entanto, observa-se que outras regiões ganharam participação, como nos casos de Sobral/Ibiapaba e Litoral Leste/Jaguaribe. Por sua vez, as regiões do Cariri/Centro Sul

e a do Sertão Central reduziram suas contribuições para a formação da riqueza do Ceará, de 1999 para 2004 (Tabela 6).

Tabela 6 – Indicadores macroeconômicos por Regiões Administrativas – Ceará – 1999-2004

Regiões	1999			2004			Part. % 1999 Regiões/CE	Part. % 2004 Regiões/CE
	PIB	População	PIB per capita	PIB	População	PIB per capita		
Região M.Fortaleza	12.203.981	2.996.074	4.073	21.404.752	3.283.710	6.518	62,5	64,4
Litoral Oeste	1.107.443	688.646	1.608	1.883.442	776.094	2.427	5,7	5,7
Sobral/Ibiapaba	1.350.131	737.964	1.830	2.513.191	787.926	3.190	6,9	7,6
Sertão dos Inhamuns	528.983	398.387	1.328	801.593	407.844	1.965	2,7	2,4
Sertão Central	818.236	554.109	1.477	1.234.900	583.085	2.118	4,2	3,7
Baturité	324.694	213.514	1.521	458.158	220.919	2.074	1,7	1,4
Litoral Leste/Jaguaribe	1.150.321	589.477	1.951	2.088.598	627.627	3.328	5,9	6,3
Cariiri/Centro Sul	2.027.119	1.204.284	1.683	2.876.038	1.289.358	2.231	10,4	8,6
Ceará	19.510.907	7.382.455	2.643	33.260.672	7.976.563	4.170	100,0	100,0

Fonte: IPECE e IBGE.

Cenário Macroeconômico para o Ceará

A montagem do Cenário Macroeconômico para o Estado do Ceará, no período de 2007-2010, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), foi feito com base em modelo de séries de tempo. Nesse sentido, utilizou-se a modelagem ARIMA e o filtro Hodrick Prescott. Os modelos mostraram previsões para o PIB potencial de 3,5%, considerando-se como Produto Interno Bruto (PIB) potencial o nível de produção de uma economia gerada pela capacidade de estoque de capital físico, humano e institucional, utilizada de forma plena e eficiente. Ficou estabelecido, nessa previsão, um intervalo com limite inferior de 2,7% e um limite superior de 4,7%. Os resultados das previsões podem ser visto na Tabela 1, que apresenta os valores do PIB a preços de mercado correntes de acordo com a taxa de crescimento média com os limites inferior e superior, e as projeções das taxas de crescimento do PIB do Brasil elaboradas pelo IPEA e pelo Banco Central do Brasil.

Os resultados das previsões mostram que o bom desempenho da economia cearense, dos últimos anos, aliado aos investimentos em infra-estrutura tendem a elevar a taxa de crescimento do PIB potencial, justificando aumentos no PIB para os próximos anos superiores a taxa média de crescimento, 3,5%. Nesse contexto, a Tabela 7 mostra as projeções da taxa de crescimento do PIB do Ceará, para os anos de 2007 a 2010.

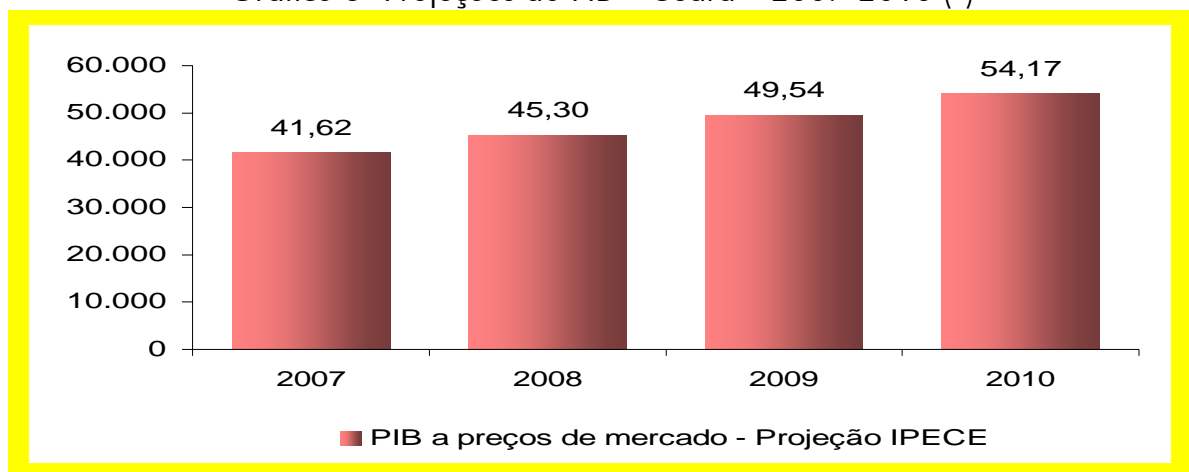
Tabela 7 – Projeções das Taxas de Crescimento do PIB – Ceará – 2007-2010 (*)

Anos	2007	2008	2009	2010
PIB - Projeção IPECE	4,00%	4,50%	5,00%	5,00%
PIB a preços de mercado - Projeção IPECE	41.617	45.295	49.543	54.169

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Banco Central do Brasil (BCB).
 (*) Em milhões a preços de mercado correntes ano base 2006.

De acordo com os resultados macroeconômicos, o valor da riqueza produzida no Ceará, em 2007, deverá alcançar R\$ 41,6 bilhões e, para o último ano da série, 2010, o valor deverá ser de R\$ 54,2 bilhões, a preços de mercado correntes (Gráfico 6).

Gráfico 6- Projeções do PIB – Ceará – 2007-2010 (*)



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Banco Central do Brasil (BCB).
 (*) Em milhões a preços de mercado correntes ano base 2006.

III - PREMISSAS MACROECONÔMICAS PARA O PPA

A manutenção de um arcabouço consistente de política econômica, consolidando os fundamentos macroeconômicos, assim como fatores conjunturais externos favoráveis (aumento da demanda mundial das commodities minerais e agrícolas, grande liquidez existente no mercado financeiro internacional e a perspectiva de manutenção do crescimento da economia mundial, em que pese a desaceleração esperada da economia americana) e o paulatino aumento da demanda doméstica são alicerces do novo ciclo de crescimento da economia brasileira.

A política econômica nacional dos últimos anos caracterizou-se pela manutenção de altos superávits primários, câmbio flutuante e rigorosa observação das metas de inflação, permitindo a consolidação de um ambiente favorável ao crescimento econômico. No período de 2004/2006, os investimentos cresceram em média 7,1% a.a. e a produtividade total dos fatores cerca de 1,7% a.a., sinalizando uma ampliação futura da oferta agregada, com a conseqüente redução dos riscos de descontrole inflacionário.

A demanda externa líquida, que foi o fator predominante da expansão do PIB até 2005, vem cedendo lugar paulatinamente à demanda doméstica, impulsionada pela elevação do consumo das famílias e dos investimentos, devendo ser ressaltado que a expansão da demanda interna reflete o aumento real da massa de rendimentos, a expansão do crédito e a redução nas taxas de juros.

Importante ser ressaltado que o ambiente favorável do mercado externo e o aquecimento do mercado interno representam momento ímpar na economia, mas esse ambiente não é suficiente para sustentar as taxas de crescimento previstas para o próximo quadriênio. O melhoramento e a ampliação das condições infra-estruturais dos setores de transporte, energia e recursos hídricos são requisitos *sine qua non* para que sejam eliminados os gargalos à produção e ao escoamento dos nossos produtos. Nesse sentido, é indispensável que os investimentos previstos para os setores de energia, logística e infra-estrutura social e urbana, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sejam efetivados.

Refletindo o presente cenário e o compromisso do governo estadual com uma gestão equilibrada dos recursos públicos, foram estimadas de forma conservadora as variáveis macroeconômicas utilizadas no presente Plano Plurianual.

As principais variáveis macroeconômicas consideradas para as projeções fiscais foram a variação do PIB Nacional e Estadual, a inflação medida pelo IPCA-IBGE e a taxa de câmbio.

A inflação estimada pelo Banco Central para o ano de 2008 é de 4,15% e, para os exercícios de 2009 a 2010, de 4,17% e 4,13%, e, para 2011, foi considerado o índice de 4,13% a.a. Ressalte-se que esses percentuais são levemente inferiores aos 4,5% a.a. estimados pelo Governo Federal, em seu projeto de lei do Plano Plurianual 2008/2011.

O crescimento real do PIB Estadual foi estimado em de 4,5% para 2008 e 5% a.a. para os anos de 2009 a 2011 e o do PIB Nacional foi estimada em 4,5% a.a. para o quadriênio 2008-2011, portanto uma previsão mais conservadora que a feita pelo Governo Federal União em seu projeto de lei do PPA .

Variáveis Macroeconômicas Projetadas - 2008 a 2011

Variáveis	2008	2009	2010	2011
Taxa de Inflação esperada	4,15%	4,17%	4,13%	4,13%
Taxa de Crescimento esperada para o PIB Nacional	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento esperada para o PIB Estadual	4,50%	5,00%	5,00%	5,00%

Fonte: IPECE / BACEN e PLDO 2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

IV- ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO NO LONGO PRAZO

O Plano Plurianual 2008-2011, tal como proposto, constitui-se em importante instrumento de gestão governamental para o próximo quadriênio, e inaugura o “novo jeito de fazer” da atual gestão 2007-2010.

A construção desse Plano para o quadriênio foi feito de forma amplamente participativa, reunindo as representações do Governo e Sociedade Civil, num amplo debate que evidenciou uma forma alternativa de tomada de decisões e rumos na deliberação das políticas públicas estaduais.

Apesar do amplo caráter participativo e regionalizado desse Plano Plurianual e, considerando o seu limite temporal de 4 anos, ele está referenciado em uma visão de mais longo prazo sobre o futuro do Ceará, que possa, inclusive, acolher e garantir a sustentabilidade das propostas aqui apresentadas.

Desse modo, ciente de que a estratégia de desenvolvimento para o Ceará demanda um horizonte temporal de longo prazo para se concretizar, o Governo do Estado idealizou a realização de um grande fórum, o **FÓRUM CEARÁ**, com objetivos específicos de debater idéias e proposições, em torno da visão de futuro que se espera para o Ceará, no recorte temporal até 2027, tendo por base as demandas e oportunidades relacionadas a todas as dimensões do desenvolvimento sustentável

Trata-se, portanto, da busca de estratégias desafiadoras e transformadoras a serem implementadas de forma consensuada pelo Governo e Sociedade, com vistas à construção de um novo perfil de Estado, que se concretiza no horizonte de várias gerações.

Assim, a **Primeira Conferência do Fórum Ceará** reuniu cerca de 360 lideranças representativas de todos os segmentos da sociedade cearense, com a missão de construir a visão de futuro para o Ceará, enfocando os interesses das áreas de: **agricultura, ciência e tecnologia, comércio, cultura, desenvolvimento regional e meio ambiente, educação, emprego e renda, esporte e juventude, fomento e desenvolvimento, gestão pública, indústria, infra-estrutura, jurídica, movimento social, saúde, segurança, serviços e turismo.**

As propostas eleitas pelos participantes do Fórum foram sistematizadas em desafios e agrupadas em 4 níveis. São elas: **Bases para o Desenvolvimento, Instrumentos para o desenvolvimento, sustentação econômica e sociedade.**

Na perspectiva da Sociedade, foram pactuados dois desafios: **i) o desafio de *Garantir maior equidade social e regional***, que consiste na busca constante da diminuição das desigualdades, através da implementação de políticas sustentáveis e emancipadoras, e não apenas políticas compensatórias, traduzindo-se em oferta de oportunidades iguais de ascensão social e econômica para todos os cearenses; e **ii) o desafio de *Construir uma cultura de paz e a qualidade de vida***, consistindo em ser um lugar melhor para se viver com clima de fraternidade com qualidade acessível a toda população do Estado, por meio de políticas e instrumentos de mediação de conflitos, desenvolvendo uma cultura de respeito à cidadania, fundada em processo educativo formal e político, capaz de garantir uma boa convivência social.

Na perspectiva da sustentação econômica, os desafios são: **promover o crescimento econômico com desenvolvimento regional e gerar mais emprego e renda**

Esses e outros desafios do Fórum Ceará exigem um novo ambiente político-institucional, que prima pela participação, parceria, divisão de responsabilidades, integração de ações, eficácia e ética na Gestão Pública, capazes de promover a redução de desigualdades entre as pessoas e regiões, aumentar a competitividade da economia e viabilizar o desenvolvimento sustentável do Estado.

A realização do Fórum Ceará representa a clara opção do Governo Estadual por um modelo de gestão democrática que supera a visão tecnocrática, centralizadora e

autoritária do Planejamento, em que o Estado define as diretrizes e metas, sem envolver a sociedade na definição dos rumos do desenvolvimento.

Por fim, o Governo do Estado comprometeu-se a apoiar a consolidação do Fórum Ceará como espaço permanente de debates, de participação, de consenso e de monitoramento de resultados, além de tê-lo como instrumento referencial para seu planejamento estratégico.

EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

A política de governo para o período 2008-2011 orienta-se por três grandes eixos que emergiram do trabalho de campanha realizado com a participação de segmentos representantes da sociedade cearense nas regiões estaduais. São três amplas diretrizes estratégicas que orientam uma gestão voltada para resultados: Economia para uma Vida Melhor; Sociedade Justa e Solidária; Gestão Ética, Eficiente e Participativa.

Economia para uma Vida Melhor

O Eixo voltado a desenvolver a economia para uma vida melhor exige a superação do grande desafio de conjugar estratégias de crescimento econômico com uma gestão ambiental que garanta sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, com organização do território e inclusão produtiva de sua população.

“Economia para uma Vida Melhor” no Estado, busca o crescimento econômico ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações que a área da Educação Superior, Ciência e Tecnologia irá priorizar. Ao mesmo tempo, esse avanço requererá investimentos em infra-estrutura de transporte, comunicação e hídrica, bem como o fortalecimento do setor energético. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão

regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões.

As políticas foram propostas objetivando complementar a infra-estrutura já existente, atrair investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como capacitar recursos humanos e apoiar o segmento de micro e pequenas empresas no Estado.

A nova política de incentivos fiscais do Estado foi redirecionada para interiorizar o crescimento econômico e a geração de emprego.

Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da agricultura familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social é a política para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente.

Tornar o Ceará um dos principais destinos do turismo de eventos e negócios do Brasil e ampliar a competitividade do turismo de nível internacional são desafios para o setor, sem comprometer, no entanto, sua consolidação em base sustentável.

Dessa forma, o grande desafio de política que o governo estadual se impõe é promover o desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento econômico, com a desconcentração regional e o respeito ao meio ambiente.

Objetivando promover a inovação no Estado, o governo apoiará o desenvolvimento científico e tecnológico e voltará a Educação Superior às potencialidades e aptidões das regiões estaduais, como base ao desenvolvimento integrado e sustentável do Ceará.

Para prover a infra-estrutura de suporte ao desenvolvimento, o governo estadual estabeleceu universalizar o serviço de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais e estimular a oferta de energia de fontes renováveis, em especial a energia eólica e biodiesel. O crescimento do Estado depende do fortalecimento da infra-estrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais. Nesse sentido, o Governo do

Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

Integra ainda a estratégia de desenvolvimento econômico do Estado o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de emprego nas regiões estaduais.

São importantes tanto para o crescimento econômico quanto para a melhoria da qualidade de vida, especialmente no Ceará, a expansão da infra-estrutura hídrica e a integração das bacias hidrográficas, como diretrizes para assegurar de forma permanente a oferta de água. Por isso a conclusão do eixo da integração e a transposição do rio São Francisco são imprescindíveis na estratégia de desenvolvimento do Estado.

A visão de interiorização do desenvolvimento no Estado passa necessariamente pelo fortalecimento das aptidões regionais, com uma estruturação mais equilibrada da rede urbana. Nessa política de assegurar o desenvolvimento regional e urbano do Estado, a expansão da oferta de saneamento básico, inclusive nos pequenos e médios centros urbanos será prioridade. Por sua vez, a melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda, integra-se às estratégias de redução da exclusão social.

Sociedade Justa e Solidária

A premissa de fazer mais e melhor para **todos** levou à definição do grande eixo da política de governo “Sociedade Justa e Solidária”. O forte pilar dessa construção é a educação, em especial a educação básica, propondo-se o governo a assegurar a qualidade capaz de elevar seu índice de desempenho. O elemento inovador dessa estratégia será trabalhar a educação de forma compartilhada com os municípios, tendo como foco os resultados de aprendizagem na idade certa, como base para o novo projeto de desenvolvimento do Estado. O desafio da educação superior e

profissionalizante é conectar jovens e adultos com o mercado de trabalho, ampliando capacidades e gerando conhecimento para promover as potencialidades de cada uma das regiões estaduais. O Governo está ciente de que é na educação que o Ceará baseará seu projeto de mudança.

Em igual nível de prioridade, assegurar a saúde como direito de todos exigirá do governo estadual promover a melhoria da capacidade de gestão do setor para garantir um sistema de saúde humanizado nos três níveis da assistência. Dessa forma, adota-se como diretriz consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolutividade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na interiorização nesses dois níveis de atenção.

A estratégia para enfrentar a criminalidade e a violência e melhorar o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses exige do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional. Ademais, para garantir a qualidade dos serviços de proteção e defesa do cidadão terá destaque o reforço do policiamento ostensivo com medidas de aumento do efetivo policial e a modernização dos equipamentos. Entretanto, a política de segurança pública não poderá prescindir do papel da comunidade nesse processo e, portanto, atuará com o apoio dos conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização, a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. O governo fortalecerá as ações para o exercício da cidadania e assegurará o respeito aos direitos humanos. O resultado perseguido por esta gestão de assegurar ao cidadão direitos de defesa e acesso à justiça, terá como grande meta ampliar a assistência jurídica integral e gratuita com a ampliação do número de defensores públicos em todo Estado.

Considerando o elevado índice de pobreza no Ceará, a área de Assistência Social terá como principal desafio implantar a política estadual com base no apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no Estado. Na área da Proteção Social Básica, além da prioridade de melhorar as condições de vida de

crianças e adolescentes, com base na família, terá ênfase a integração de ações de atenção à Juventude, à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, foram construídos programas multissetoriais com vistas a facilitar a integração proposta e dar maior visibilidade às ações de governo para esses segmentos.

Visando romper com o modelo de política que perpetua a pobreza, outro foco da ação social será a inclusão produtiva e social de população carente, conjugando políticas de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho, redes de economia solidária e empreendedorismo.

Na área da cultura, o governo visa avançar na democratização do conhecimento e na valorização da identidade cultural das regiões cearenses. Para alcançar esses objetivos, as principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense. Para efetivação da política proposta, o Governo buscará potencializar os recursos legais de incentivo à cultura, articulando-se com o setor privado para assegurar o financiamento da produção e a socialização de bens culturais.

A promoção do Esporte, por sua vez, será conduzida na perspectiva do desenvolvimento humano e da formação integral das pessoas. É nesse contexto que a política para o setor terá como fim último ser indutora da inserção social e da geração de oportunidades de vida para os cearenses.

No que tange à realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, será decisiva a integração com as políticas nacionais, o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses.

Gestão Ética, Eficiente e Participativa

Realizar uma gestão que obtenha a aprovação do cidadão cearense requer, antes de tudo, realizar um governo pautado na ética. Para atender a essa premissa, o Governo tem como proposta básica a elaboração de um Código de Ética para o Serviço Público e a constituição dos Comitês de Ética no âmbito da administração estadual.

Esse compromisso levou à adoção de instrumentos que possam conferir transparência às ações de Governo, seja no relacionamento com os meios de comunicação, no diálogo com representações da sociedade, ou nas relações com os poderes constituídos. Estabelecer uma relação governo/sociedade, aperfeiçoando o processo democrático, passa a exigir novos espaços de participação e negociação para uma sintonia entre o projeto de Governo e as prioridades eleitas pela sociedade.

Cumprir a importância concedida à participação na formulação e controle das políticas públicas. O principal desafio que ora se coloca é a conexão das propostas advindas das instâncias de participação e conselhos setoriais e/ou temáticos, a exemplo das Conferências da Criança e Adolescente, Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Constituinte Cultural, Conferência das Cidades, entre outros, com as prioridades do desenvolvimento das regiões colhidas nas oficinas regionais para realização do presente Plano Plurianual.

Ainda com o objetivo de manter a transparência, a ausculta à população será facilitada com o canal de acesso ao Governo através da Secretaria da Controladoria e Ouvidoria do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

Para cumprir o ciclo que envolve planejamento, monitoramento, avaliação e retroalimentação das ações planejadas é fundamental a adoção do sistema de gestão por resultados – GPR, melhor explicitada no item sobre a Gestão do PPA.

A modernização da gestão, compreendendo o redesenho de processos, informatização dos serviços, integração de sistemas exigirão investimentos elevados em tecnologia da informação e telecomunicações, a exemplo de rede de banda larga, que dará cobertura a todos os municípios cearenses.

Uma nova relação entre o Estado e o servidor público está sendo implementada com a Mesa Estadual de Negociação Permanente, além de ações programadas de

capacitação de servidores em várias áreas do serviço público, inclusive no campo dos novos paradigmas da gestão pública.

O Governo deverá modernizar a máquina de arrecadação visando aperfeiçoar o controle do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte, com investimentos estratégicos na área de tecnologia, aplicação de novas técnicas e metodologias de arrecadação e fiscalização, visando o aumento da receita tributária. Espera-se inclusive, desonerar o setor privado, considerando o aumento e diversificação da base de arrecadação.

Por fim, a racionalização e controle da qualidade dos gastos, seja na área do custeio da máquina ou na realização das despesas finalísticas, será perseguida com vistas a elevar a capacidade de investimentos e ampliar resultados de governo para a população.

RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO

Os resultados estratégicos do Governo que ora se apresentam fundamentaram-se nas diretrizes da campanha eleitoral e foram construídos numa visão integrada da política estadual. Foram produto do trabalho conjunto de Secretários e Secretários-adjuntos da administração e representam os principais balizadores da proposta de Gestão por Resultados que inspirou o Plano.

Os indicadores abaixo serão monitorados pelo Governo e disponibilizados para a sociedade, além das metas de produto alcançadas por cada Programa que vão contribuir para a melhoria desses indicadores e que constam também do Plano.

Eixo: **Economia para uma vida melhor**

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Crescimento econômico com sustentabilidade			
- Taxa de crescimento do PIB (%)	2006	IPECE	4,8
- Saldo de empregos formais (novos postos)	2005	MTE/CAGED	33.560
- Percentual de áreas protegidas	2006	CONPAM	5,3
- Percentual da população urbana com destinação final adequada dos resíduos sólidos	2006	CONPAM	53,4

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Redução das desigualdades regionais			
- Percentual do PIB do interior(1) sobre o PIB total	2004	IPECE	35,7
- Índice de concentração do PIB municipal	2004	IPECE	0,234
- Razão de empregos formais RMF/interior (1)	2005	MTE/RAIS	2,1
Sociedade com renda maior e melhor distribuída			
- Renda domiciliar per capita (em sal. min.)	2005	IBGE/PNAD	0,82
- Porcentagem extrema pobreza	2005	IBGE/PNAD	26,1
- Porcentagem de pobre	2005	IBGE/PNAD	54,0
Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades			
- Grau de abertura da economia	2006	IPECE	0,116
- Índice de evolução do fluxo turístico via Fortaleza	2006	SETUR	104,8
- Número de empresas atraídas (FDI)	2005	SDE	41
- Participação dos APL's na composição da renda e do emprego regional (2)			
Economia rural fortalecida			
- Percentual do consumo de energia elétrica rural	2006	COELCE	8,6
- Percentual da população ocupada com atividade principal agrícola	2005	IBGE/PNAD	32,0
- PIB agrícola per capita (valor nominal)	2004	IPECE	869
Infra-estrutura estratégica ampliada			
- Movimentação de carga terminal Pecém (t/ano)	2006	SEINFRA	1.883.049
- Condição de trafegabilidade da malha rodoviária pavimentada do Estado	2006	SEINFRA	80,0
- Vazão regularizada média de água dos açudes monitorados (m ³ /seg)	2006	COGERH	102,16

(1) Foi considerado interior o total do Estado menos o valor da RMF.

(2) Indicador em construção.

Eixo: Sociedade Justa e Solidária

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Educação básica ampliada e com qualidade			
- Índice de Desenvolvimento Educação Básica (IDEB):			
Ensino Fundamental – 1ª fase	2006	SEDUC	2,8

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Ensino Fundamental – 2ª fase	2006	SEDUC	2,8
Ensino Médio	2006	SEDUC	3,0
- Taxa de analfabetismo de 7 a 14 anos (%)	2005	IBGE/PNAD	15,9
- Taxa de escolarização do Ensino Médio (%)	2006	SEDUC	37,4
- Escolaridade média pessoas de 15 anos ou mais (anos)	2005	IBGE/PNAD	5,8
Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado			
- Número de bacharéis diplomados pelo Sistema Estadual de Ensino Superior	2006	SECITECE	2.908
- Percentual da população ocupada com nível superior	2005	IBGE/PNAD	5,0
Sociedade com segurança e justiça			
- Taxa de mortalidade por causas violentas por 100 mil hab. (suicídio, homicídio e acidente de trânsito)	2005	SESA	48,1
- Número de homicídios de jovens de 15 a 24 anos por 100 mil jovens	2005	SESA	37,4
- Pessoas atendidas com justiça gratuita na RMF	2006	DPGE	15.364
- Pessoas atendidas com justiça gratuita no interior	2006	DPGE	9.150
- Taxa de ocupação de vagas no Sistema Penitenciário (%)	2006	SEJUS	1,5
Saúde descentralizada com qualidade			
- Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	2005	SESA	17,1
- Esperança de vida ao nascer	2005	IBGE	69,6
- Percentual de atendimento hospitalar na capital proveniente do interior	2006	SESA	23,3
- População urbana beneficiada com abastecimento de água (%)	2006	SEINFRA	91,6
- População urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário (%)	2006	SEINFRA	37,1
Sociedade com garantia de direitos			
- Número de homicídios contra a mulher	2006	SSPDS	96
- Crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil	2006	STDS	25.672
- Casos de violência contra crianças e adolescentes	2006	STDS	23.018
Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social			
- População de 15 a 24 anos que não estudam	2005	IBGE/PNAD	20,6

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
e não trabalham (%)			
- Percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos 4 anos de estudo	2005	IBGE/PNAD	87,8
- Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 24 anos (%)	2005	IBGE/PNAD	52,0
- Percentual de jovens de 15 a 24 anos que residem em domicílios com computador	2005	IBGE/PNAD	8,4

Eixo: **Gestão Ética, Eficiente e Participativa**

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas			
- Percentual do valor das propostas regionais priorizadas no PPA sobre o valor total	2008	SEPLAG	48,6
- Número de conferências e fóruns realizados no Estado	2007	SEPLAG	
- Atendimento ao cidadão - Ouvidoria: presencial/call center	2006	SECON	397.923
Serviço público qualificado e ágil			
Índice de satisfação do cliente da SEFAZ (%) (1)	2006	SEFAZ	40,0
- Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais (min)	2006	SSPDS	19,4
- Número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania (2)	2006	SEJUS	527.467
-Déficit ou Superávit da capacidade de atendimento de demanda de matrículas nas escolas estaduais	2006	SEDUC	31.322
- Percentual de medicamentos atendidos para atenção primária	2006	SESA	78,6
- Intermediação de empregos SINE/IDT:			
Percentual de pessoas colocadas no mercado de trabalho sobre o total de inscritos	2006	IDT	47,8
Percentual de pessoas colocadas no mercado de trabalho sobre o total de encaminhados	2006	IDT	43,6
Aumento da capacidade de investimentos do Estado			
- Dívida pública/PIB (%)	2006	SEFAZ/IPECE	10,9
- Investimento / Receita corrente líquida (%)	2006	SIC/IPECE	19,3
- Resultado primário (R\$ milhões)	2006	SIC/IPECE	219
- Taxa de crescimento real da receita tributária	2006	SEFAZ/IPECE	18,0

(%)			
Efetividade dos gastos públicos			
- Gastos finalísticos / Receita corrente líquida (%)	2006	SEPLAG	50,5
- Orçamento executado / Aprovado (%)	2006	SEPLAG	81,8
População informada			
- Número de acessos às paginas WEB do Governo			

(1) Percentual de solicitações atendidas satisfatoriamente.

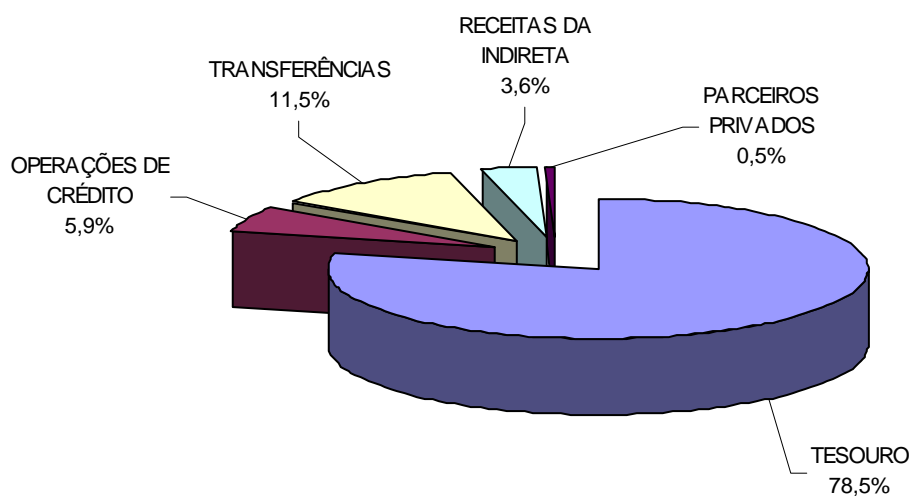
(2) Atendimentos nas casas do cidadão, nos caminhões da Cidadania, nas casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania.

V - PPA EM GRANDES NÚMEROS

O Plano Plurianual 2008-2011 prevê dispêndios de R\$ 46.192,7 milhões, com recursos originados da receita própria do Estado, de operações de crédito, transferências intergovernamentais, receitas das autarquias, fundos, fundações e empresas e sociedades de economia mista em que o Estado detém maioria do capital. Compõem ainda outras fontes de financiamento os recursos provenientes de parcerias com organizações não-governamentais e da iniciativa privada. O Financiamento do Plano obedece à seguinte distribuição:

Financiamento do PPA 2008-2011 (R\$ mil correntes)

DISCRIMINAÇÃO	2008-2011	%
TESOURO	36.453.538,1	78,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.742.519,6	5,9%
TRANSFERÊNCIAS	5.347.677,8	11,5%
RECEITAS DA INDIRETA	1.648.949,1	3,6%
PARCEIROS PRIVADOS	220.402,2	0,5%
TOTAL GERAL	46.413.086,8	100,0%



Receitas Orçamentárias

As receitas correntes representam 88,5% da receita total e têm na receita tributária e na participação do Estado na arrecadação da União a sua maior parcela de formação desse agregado econômico da receita. A tabela e o gráfico seguintes mostram a previsão das receitas do PPA, exclusive os recursos não orçamentários originários do setor privado.

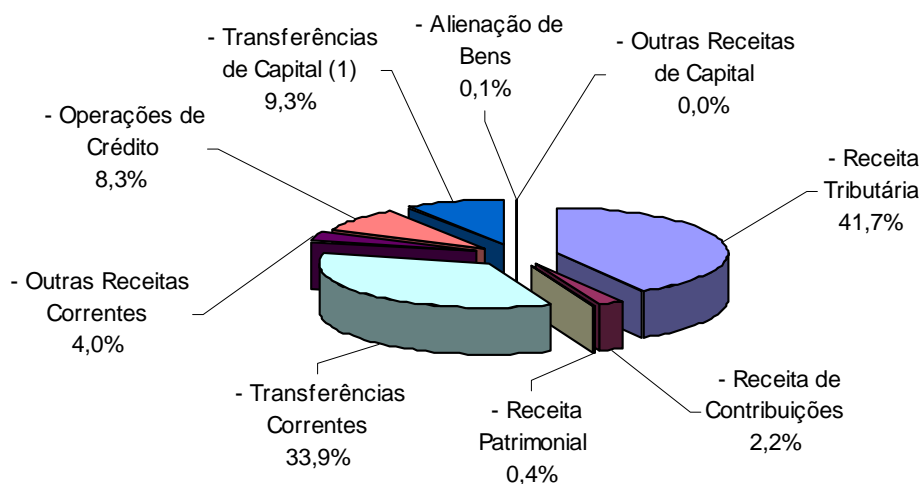
Receitas Orçamentárias 2008-2011 – (R\$ mil correntes)

DISCRIMINAÇÃO (2)	PPA 2008-2011	%
1 – RECEITAS CORRENTES	40.878.593	88,5%
- Receita Tributária	20.006.417	
- Receita de Contribuições	1.107.271	
- Receita Patrimonial	186.983	
- Transferências Correntes	16.399.862	
- Outras Receitas Correntes	3.178.060	
2 – RECEITAS DE CAPITAL	5.314.092	11,5%
- Operações de Crédito	2.742.520	
- Transferências de Capital ⁽¹⁾	2.552.562	
- Alienação de Bens	15.000	
- Outras Receitas de Capital	4.010	
TOTAL	46.192.685	100,0%

Nota:

(1) Inclui previsão do PAC: 2008 - R\$ 649,5 milhões, 2009-2011 R\$ 806,6 milhões

(2) Não Inclui recursos de parcerias



Dispêndios por Eixo

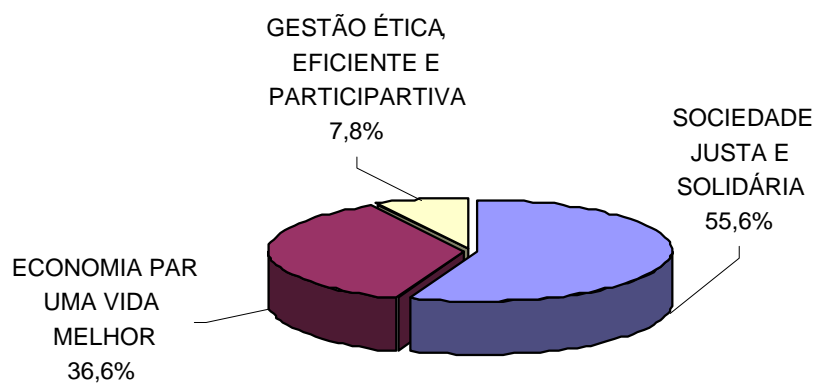
O PPA está estruturado por Eixos de Políticas de Governo, assim denominados:

- Sociedade Justa e Solidária;
- Economia para uma Vida Melhor; e,
- Gestão Ética Eficiente e Participativa.

No âmbito do Poder Executivo, excluindo-se os gastos com o pagamento da dívida, as transferências aos municípios e as despesas com previdência social, a alocação dos recursos por Eixo obedecem à distribuição da tabela seguinte:

	R\$ mil	
EIXOS - PODER EXECUTIVO	2008-2011	%
SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	15.796.920	55,6
ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	10.410.352	36,6
GESTÃO ÉTICA, EFICIENTE E PARTICIPATIVA	2.216.689	7,8
TOTAL	28.423.961	100,0

Nota: Excluídos os gastos com Encargos Geais do Estado, Previdência e Reserva de Contingência



Dispêndios por Área de Atuação

No que concerne à previsão dos recursos por área de atuação, excluído os montantes destinados aos Encargos Gerais do Estado, Previdência e Reserva de Contingência, no âmbito do Poder Executivo, a Educação e a Saúde foram contempladas com 22,0% e 18,7%, respectivamente. Destacam-se ainda os investimentos estruturantes da área de Logística de Transporte e Comunicação e Energia contemplados com 13,3% do dispêndio total.

Outra preocupação considerada no plano reside na Segurança Pública, Justiça e Cidadania com previsão de gastos da ordem de R\$ 2,9 bilhões, equivalente a 10,2% do gasto total.

Complementa o esforço do governo com a área social os investimentos no Desenvolvimento Urbano e Regional e no Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, resultando uma aplicação de 10,8% nesses setores. O quadro seguinte discrimina a distribuição dos recursos por área de atuação:

Distribuição dos Recursos Por Área de Atuação

ÁREA DE ATUAÇÃO	2008-2011	%
- EDUCAÇÃO BÁSICA	6.243.839	22,0%
- SAÚDE	5.308.375	18,7%
- LÓGISTICA DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO E ENERGIA	3.768.013	13,3%
- SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA	2.886.266	10,2%
- DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL (HABITAÇÃO, SANEAMENTO, GESTÃO TERRITORIAL)	2.080.606	7,3%
- GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	1.392.964	4,9%
-		
- EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1.270.759	4,5%
- INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	1.151.861	4,1%
- DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR	1.110.556	3,9%
- TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	1.008.490	3,5%
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (INDÚSTRIA, MINERAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS)	550.545	1,9%
- PLANEJAMENTO E GESTÃO	515.345	1,8%
- ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	359.454	1,3%
- TURISMO SUSTENTÁVEL	259.328	0,9%
- MEIO AMBIENTE	167.609	0,6%
- CULTURA	163.686	0,6%
- ESSENCIAL À JUSTIÇA	130.153	0,5%
- ESPORTE	56.111	0,2%
TOTAL	28.423.960	100,0%

Regionalização

Os programas finalísticos do Poder Executivo para o PPA 2008-2011 englobam recursos da ordem de R\$ 17,5 bilhões. A consolidação dos programas segundo o localizador de gasto referente às macrorregiões, bem como a participação da população e PIB regionais no total do Estado, apresentam a seguinte distribuição:

Despesas finalísticas, população e PIB, segundo as macrorregiões de planejamento - 2008-2011

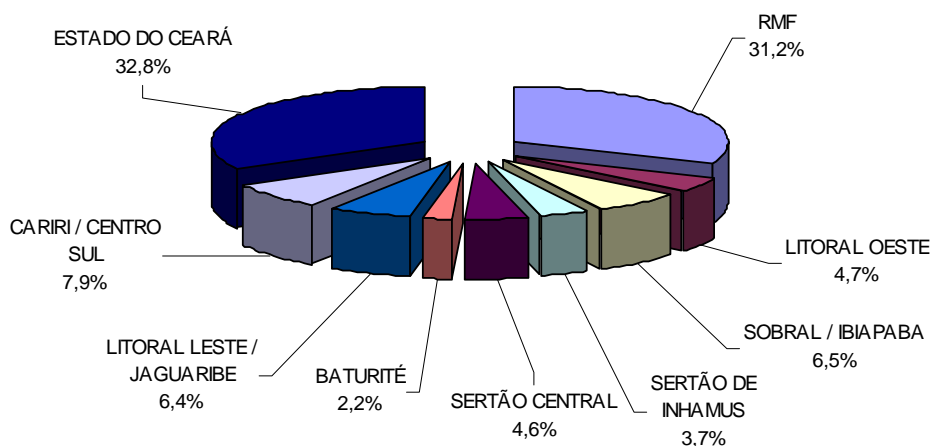
Macrorregião de Planejamento	Despesas Finalísticas		% da População(1)	% do PIB(2)
	Valor	%		
Região Metropolitana de Fortaleza	5.462.916.735,00	31,2	41,6	64,4
Litoral Oeste	824.521.696,00	4,7	9,7	5,7
Sobral/Ibiapaba	1.139.106.436,00	6,5	9,9	7,5
Sertão Inhamuns	647.215.590,00	3,7	5,0	2,4
Sertão Central	813.579.712,00	4,6	7,2	3,5
Baturité	383.557.807,00	2,2	2,7	1,4
Litoral Leste/Jaguaribe	1.123.493.812,00	6,4	7,8	6,3
Cariri/Centro Sul	1.380.289.946,00	7,9	16,0	8,9
Estado do Ceará	5.738.174.486,00	32,8		
TOTAL	17.512.856.220,00	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/IPECE/SEPLAG

(1) Estimativa para 2006; (2) 2004

Foram diretamente regionalizados nas macrorregiões R\$ 11,8 bilhões. Com relação aos recursos alocados ao Estado do Ceará os dispêndios somam R\$ 5,7 milhões, haja vista que as ações identificadas neste localizador de gasto impactam todo o território.

Despesas finalísticas, segundo as macrorregiões de planejamento - 2008-2011



VI - ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO

O conteúdo da programação do Governo está sintetizado nos principais Programas e Grandes Metas por área de atuação para o período 2008-2011.

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Desenvolvimento Econômico

- Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará

Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

- Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural
- Democratização do Acesso a Terra
- Combate à Pobreza Rural no Ceará - Projeto São José II
- Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater

Desenvolvimento Urbano e Regional

- Saneamento Ambiental do Ceará
- Estruturação e Requalificação Urbana
- Programa Habitacional
- Cidades do Ceará I
- Desenvolvimento de Pólos Regionais - Cidades do Ceará II

Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

- Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional
- Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico

Infra-Estrutura Hídrica

- Gerenciamento de Integração dos Recursos Hídricos - PROGERIRH
- Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos Para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA
- Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais

Logística de Transporte e Comunicação e Energia

- Transporte Metro -Ferroviário
- Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP
- Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica
- Rodoviário do Estado do Ceará - Ceará III

Meio Ambiente

- Programa de Controle Ambiental - PCA
- Programa da Biodiversidade - PROBIO

Turismo Sustentável

- Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos
- Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará - PRODETUR/CE

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Cultura

- Incentivo às Artes e Culturas do Ceará
- Biblioteca Cidadã
- Geração, Preservação e Difusão do Conhecimento e da Memória Cultural

Educação Básica

- Cooperação Entre Estado e Município
- Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino
- Qualidade da Educação Básica
- Organização e Gestão Democrática da Educação Básica

Esporte

- Equipamentos e Instalações Esportivas
- Esporte de Participação e Lazer
- Esporte de Rendimento

Saúde

- Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundário e Terciário
- Sistema Integral de Assistência Farmacêutica
- Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
- Vigilância em Saúde
- Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

Segurança Pública, Justiça e Cidadania

- Segurança Moderna e com Inteligência
- Ronda
- Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará - GESPEN
- Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará - INFRAPEN

Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar

- Proteção Social Especial
- Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade
- Apoio As Reformas Sociais do Ceará - PROARES - Fase II
- Proteção Social Básica
- Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato
- Atenção à Pessoa com Deficiência
- Atendimento à Pessoa Idosa
- Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude

GESTÃO ÉTICA EFICIENTE E PARTICIPATIVA

Ética, Transparência e Comunicação

- Coordenação da Comunicação Social do Estado do Ceará
- Ouvidoria: Fomentando a Boa Governança

Gestão Fiscal

- Modernização da Gestão Tributária - SEFAZ
- Modernização da Infra-Estrutura Administrativa

Planejamento e Gestão

- Gestão do Planejamento Estadual
- Gestão Estratégica de TIC Para o Estado – SEPLAG
- Saúde do Servidor
- Capacitação dos Servidores
- Modernização da Gestão Pública
- Informação e Gestão do Conhecimento

Previdência

- Gestão da Previdência Estadual

GRANDES METAS DO PPA 2008/2011

Área de Atuação: Logística de Transportes Comunicação e Energia

- Implantação da linha sul do METROFOR
- Recuperação do trecho do metrô da linha oeste
- Implantação do sistema de transporte ferroviário da Transnordestina
- Implantação do trem de passageiros do Cariri
- Implantação do terminal intermodal de cargas do Pecém
- Implantação do terminal de múltiplo uso do Pecém
- Implantação de correia transportadora do Pecém
- 20.247 regularizações fundiárias do programa de mutirão habitacional (lei 13.620/2005)
- Construção de 5 aeroportos
- Reforma/melhoria de 9 aeroportos
- Construção de 811 km de rodovias
- Duplicação de 26 km de rodovias
- Pavimentação de 532,5 km de rodovias
- Restauração de 1.055 km de rodovias
- Conservação de 11.287,20 km de rodovias
- Atendimento a 22.000 imóveis com eletrificação rural
- Instalação de 60 mw de potência eólica
- Implantação de usina de energia de ondas
- Implantação do terminal de gás natural do Pecém
- Distribuição de 2.281.800 m³ de gás natural não térmico
- Instalação de 225 telefones públicos

Área de Atuação: Infra-Estrutura Hídrica

-
- Construção de 462,7 km de adutoras
 - Construção de 14 açudes

Área de Atuação: Área de Atuação: Desenvolvimento Econômico

- Gestão do fundo de desenvolvimento industrial
- Atração de 160 empresas
- Capacitação 9.430 pessoas para indústria, comércio, serviços, mineração e inovação tecnológica
- Implantação da Agência de Desenvolvimento

Área de Atuação: Turismo Sustentável

- Implantação de 48 pólos e roteiros turísticos temáticos
- Centro multifuncional de feiras e eventos
- Capacitação de 4.800 pessoas para o turismo
- Reforma de 3 centros de convenções
- Ampliação/reforma/recuperação de 9 equipamentos turísticos
- Construção de 313 km de rodovia
- Implantação de 8 obras de urbanização de áreas turísticas
- Captação de 10 negócios turísticos
- Implantação de 1.784 km de sinalização turística implantada
- Realização de 20 eventos de comercialização turística

Área de Atuação: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

- Assistência técnica a 297.000 produtores rurais
- Reordenação de 13.990 minifúndios
- Atendimento a 4.000 famílias com crédito fundiário
- Regularização fundiária de 61.912 imóveis rurais
- Construção de 4.400 habitações em regime de mutirão
- Peixamento de 1.000 açudes e barragens
- Assistência a 3.550 pescadores artesanais e produtores aquícolas
- Assistência a 8.000 produtores nas cadeias produtivas
- Da pecuária
- Adesão de 732.000 produtores ao seguro safra
- Atendimento 48.850 famílias rurais com sistema de abastecimento d'água pelo projeto São José
- Atendimento a 900 famílias rurais com energia elétrica pelo projeto São José
- Atendimento a 20.350 famílias rurais com projetos produtivos e sociais pelo Projeto São José

Área de Atuação: Desenvolvimento Urbano e Regional

- Implantação de 138 obras urbanas
- Centro de apoio aos romeiros, em Juazeiro do Norte
- Melhorias urbanas e ambiental do rio Maranguapinho e rio Cocó
- Construção de 24.408 moradias
- Reforma de 2.640 casas
- Construção de 16.000 fogões de eficiência energética
- Implantação de 3 obras estruturantes do Programa Cidades do Ceará I e 6 obras estruturantes do Programa Cidades do Ceará II
- Realização de 244.069 ligações domiciliares de água em localidades urbanas e 38.171 em localidades rurais
- Realização de 214.475 ligações domiciliares de esgoto em localidades urbanas e 1.226 em localidades rurais
- Implantação de 5.402 kits sanitários em localidades urbanas e 6.439 em localidades rurais
- Atendimento a 165.264 famílias com gestão de saneamento
- Implantação de 6 aterros sanitários
- Implantação de 9 centros de reciclagem de resíduos sólidos
- Implantação de 44 estações de transferência dos resíduos sólidos
- Construção/reforma 83 edificações públicas
- Atendimento a 1.801 empreendedores
- Implantação de 23 consórcios públicos municipais

Área de Atuação: Meio Ambiente

- Implementação do zoneamento ecológico econômico da zona costeira, serras úmidas e caatinga em 22 municípios
- Implantação de 14 planos de intervenção da orla marítima
- Capacitação de 12.000 professores em educação ambiental
- Certificação de 135 municípios com selo verde
- Implantação de 12 usinas de reciclagem
- Implantação de 10 estações de medição da qualidade do ar
- Recuperação de 400 ha de áreas desertificadas
- Reflorestamento de 100.000 ha de áreas desertificadas
- Plantação de 2.000.000 de espécies vegetais
- Criação de 2 unidades de conservação de relevante interesse ecológico
- Implantação de 300 planos de manejo de gerenciamento e mapeamento da cobertura vegetal do Estado
- Regularização legal do parque do Cocó

-
- Recuperação e proteção de 1.155 ha de área degradada do parque do Cocó
 - Implantação, nos 184 municípios, da agenda ambiental na administração pública (a3p)
 - Implantação do centro de informação e documentação ambiental

Área de Atuação: Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar

- Colocação/recolocação de 236.928 trabalhadores no mercado de trabalho
- Cadastramento de 10.000 artesãos
- Capacitação de 11.181 artesãos
- Comercialização de 250.025 peças de artesanato
- Efetivação da rede de microfinanciamento
- Assistência a 1.580 crianças e adolescentes e 17.000 famílias com proteção social básica
- Atendimento a 16.876 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
- Implantação de 1 abrigo domiciliar e uma unidade de semiliberdade
- Elaboração e implantação do plano estadual de segurança alimentar e nutricional
- Assistência a 16 municípios na área de carência nutricional

Metas de Atendimento as Pessoas Idosas

- Atendimento a 240.000 idosos com segurança alimentar
- Inclusão digital de 800 idosos
- Alfabetização de 50.000 idosos
- Implantação dos serviços de atenção ao idoso nos 184 municípios
- Construção da delegacia de atendimento especializado à pessoa idosa
- Portal do Idoso
- Atendimento a 715 idosos centenários

Metas de Atendimento as Pessoas com Deficiência

- Adequação de 50 equipamentos do Estado às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência
- Implantação de 12 acessibilidades para pessoa com deficiência
- Construção da delegacia de atendimento especializado à pessoa portadora de deficiência
- Reforma e equipamento 13 centros de saúde para atendimento à pessoa com deficiência
- Inclusão digital de 400 pessoas com deficiência
- Certificação de 20 municípios com selo amigo de pessoa com dificuldade de mobilidade

-
- Inclusão de 4.872 pessoas com deficiência na rede regular de ensino
 - 15.500 órteses e próteses a pessoas com deficiência
 - Apoio a 120 pára-atletas em eventos esportivos
 - Implantação de 2 centros de esporte, lazer e arte para pessoas com deficiência
 - Apoio a 24 eventos esportivos para pessoa com deficiência
 - Adequação de 5 vilas olímpicas para pessoas com deficiência
 - Elaboração de 40 editais de incentivo à cultura para pessoas com deficiência
 - Realização de 32 festivais regionais de arte da pessoa com deficiência
 - Inserção de 10.000 pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho
 - Implantação de 70 conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência

Área de Atuação: Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

- Implantação de 2 cursos de doutorado, 4 de mestrado e 4 de graduação na uece
- Implantação de 40 cursos de especialização, 40 de graduação à distância, 12 de graduação e 40 cursos de mestrado na urca.
- Implantação de 12 cursos de graduação à distância e 5 cursos de pós-graduação à distância na uva
- Concessão de 1.120 bolsas de fomento ao ensino, pesquisa e extensão
- Concessão de 20 bolsas de doutorado na uva
- Concessão de 2.649 bolsas de mestrado, 1.935 de doutorado, 3.462 de extensão tecnológica, 18 para professor visitante e 3.126 de iniciação científica ou tecnológica pela funcap
- Realização de matrícula de 2.187 alunos do curso técnico e de 5.925 alunos do curso superior
- Incubação de 295 empresas
- Implantação de 92 incubadoras
- Ampliação de 26 bibliotecas da rede de educação profissional
- Capacitação de 140.000 alunos na rede de teleducação
- Implantação/ampliação de 1.472 laboratórios da rede de inclusão digital
- Atendimento a 1.272 alunos com reforço educacional na linguagem das letras e dos números
- Concessão de 1.472 bolsas (rede de inclusão digital)
- Organização/apoio a 54 arranjos produtivos locais
- Produção de 1.260.000 litros de biodiesel000
- Capacitação de 10.840 técnicos e produtores
- Implantação de 2 parques tecnológicos

Área de Atuação: Educação Básica

- Atendimento a 546.132 alunos com educação de jovens e adultos
- 600 escolas com ações do e-jovem
- 965.652 alunos com ações de correção do fluxo e ampliação da jornada escolar
- Avaliação de 2.146.506 alunos e 662 escolas
- 232.634 alunos do ensino fundamental com merenda escolar
- Construção de 40 escolas, ampliação de 54 e reforma de 190 do ensino médio
- Construção de 18 escolas, ampliação de 29 e reforma de 337 do ensino fundamental
- Construção de 56 quadras de esportes para o ensino médio e 14 para o ensino fundamental
- Formação de 16.808 professores capacitados
- 424.571 alunos do ensino fundamental e 7.881 do ensino médio atendidos com ações de melhoria da aprendizagem
- 21.492 indígenas com atendidos com educação escolar

Área de Atuação: Saúde

- Construção e equipamento de 20 centros de especialidades médicas
- Construção e equipamento de 16 centros regionais de odontologia
- Construção de 2 hospitais macrorregionais
- Reparelhamento de 20 utis neonatais
- Reestruturação de 60 hospitais dos níveis de atenção secundário e terciário
- Construção/reforma/ampliação e equipamento de 110 unidades de saúde dos níveis de atenção secundário e terciário
- Implantação e equipagem do centro de referência e apoio à mulher
- Treinamento de 27.888 agentes comunitários de saúde
- Captação e transplante de 2.016 órgãos
- Auxílio financeiro a 35 hospitais de referência e a 68 de pequeno porte
- Equipagem de 20 postos de coleta de leite humano
- Dispensação de 8.452 órteses e próteses e tecnologia assistiva

Área de Atuação: Segurança Pública, Justiça e Cidadania

- Capacitação de 2.000 profissionais de segurança pública para o ronda
- Expansão, reaparelhamento e modernização do policiamento do ronda
- Construção de 32 delegacias de atendimento especializado às crianças, adolescentes, mulheres e minorias
- Construção de 32 delegacias da Polícia Civil
- Construção de 8 quartéis da polícia militar

-
- Reforma e ampliação de 25 quartéis do corpo de bombeiros
 - Construção de 4 unidades do corpo de bombeiros
 - Aquisição de 1.416 viaturas policiais
 - Aquisição de 24 veículos especiais do corpo de bombeiros
 - Reforma de 2 institutos médicos legais
 - Construção de 69 cadeias públicas
 - Reforma e ampliação de 91 cadeias públicas
 - Construção de 5 penitenciárias
 - Reforma e ampliação de 9 penitenciárias
 - Assistência de saúde básica a 60.000 internos e egressos do sistema penal
 - Matrícula de 10.400 internos do sistema penal no ensino fundamental, 1.960 no ensino médio e 96 em curso superior.
 - Qualificação profissional de 4.300 presos e egressos do sistema penal
 - Atendimento a 4.800 internos e egressos empregados em oficinas produtivas
 - Concessão de 80 indenizações a ex-presos políticos
 - Atendimento a 7.430 pessoas nos escritórios de prevenção ao tráfico de seres humanos e assistência à vítima
 - Implantação de 192 núcleos de atendimento jurídicos da defensoria pública no interior
 - Implantação de 3 núcleos jurídicos da defensoria, em Fortaleza

Área de Atuação: Cultura

- Aquisição de acervo (3.396.430 livros) para bibliotecas públicas
- Implantação de 28 bibliotecas públicas
- Modernização de 184 bibliotecas públicas
- Implantação de 80 ilhas digitais
- Concessão de 780 bolsas do projeto agentes da leitura
- Modernização e dinamização da biblioteca pública Governador Menezes Pimentel
- Realização de 2 mostras de arte latino americanas
- Concessão de 1.116 bolsas de valorização de talentos artísticos e culturais
- Modernização do Teatro José de Alencar
- Exibição de 1.200 espetáculos no Teatro José de Alencar
- Realização de 386 conferências da cultura
- Realização do plano estadual da cultura
- Modernização do Museu do Ceará
- Modernização do Sobrado José Lourenço
- Aquisição de 24 edificações de relevância cultural

-
- Construção de 4 edificações públicas de relevância cultural
 - Reforma de 32 edificações públicas de relevância cultural
 - Restauração de 20 edificações de relevância cultural
 - Implantação do sistema de arquivos documentais
 - Modernização da Casa Juvenal Galeno

Área de Atuação: Esporte

- Implantação do centro de integração do esporte
- Ampliação e modernização de 25 parques esportivos
- Construção de 20 quadras de esporte
- Reforma de 65 quadras de esporte
- Reforma de 3 vilas olímpicas
- Reforma do estádio castelão
- Concessão de 200 bolsas de esportes de rendimento
- Implantação de 233 núcleos de esportes nas escolas
- Apoio a 76.000 atletas escolares

VII - AÇÕES NÃO-ORÇAMENTÁRIAS

Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios Rurais

Construção participativa na definição dos territórios com base na identidade da cultura e saberes locais, e fortalecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e das institucionalidades regionais/territoriais e municipais. O Conselho define as diretrizes, os objetivos e metas para programas voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável, a agricultura familiar, e a reforma agrária. É composto por Câmaras Técnicas Especializadas que dão suporte a todas as atividades

Gestão Energética do Estado do Ceará

O Projeto de Gestão Energética do Estado do Ceará foi criado pelo Decreto N° 27.418 de 07/04/04, com o objetivo de difundir ações para o uso racional da energia elétrica nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual e promover mudanças no processo e relacionamento com a concessionária do setor.

O Projeto consiste no gerenciamento e otimização de todas as atividades do Estado que utilizam energia elétrica e contempla um conjunto de princípios, normas e funções que permitem o controle e eficiência do uso da energia nas Unidades de Consumo da Administração Estadual.

Gestão do uso da Telefonia

O projeto foi criado pelo Decreto N° 27.418 de 07/04/04, com o objetivo da difusão de ações de uso racional dos serviços de telefonia fixa e móvel pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, promovendo as mudanças que se fizerem necessárias no processo e relacionamento com as concessionárias do setor.

Criação do Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT).

Descrição: O CGDT é uma Associação Civil sem fins lucrativos criada no dia 31/10/2007, o seu objetivo é fomentar o desenvolvimento tecnológico do Estado por meio da promoção e realização de estratégias e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC. O CGDT pretende incentivar competências locais em TIC, elevando o padrão de serviços prestados ao Governo por empresas e

institutos de desenvolvimento. O desenvolvimento de softwares de gestão governamental, a gerência de redes computacionais e o apoio tecnológico a projetos inovadores, serão as primeiras atividades do CGDT, logo após o reconhecimento do CGDT como Organização Social, por parte do Governo. O setor de TIC do Ceará compareceu à fundação do CGDT, aprovando seu estatuto.

Captação de Recursos não Reembolsáveis. Período: Julho a Outubro/2007

Descrição: O Governo Federal, através da FINEP, lançou chamadas para financiamento não reembolsável (fundo perdido) de projetos de TIC. A ETICE submeteu dois projetos no valor global de R\$3 milhões. Um dos projetos foi submetido em convênio com a FUNTELC e tem como objetivo a criação de laboratório de software interativo para TV digital, visando a digitalização da TVC. O segundo projeto diz respeito ao custeio do Cinturão Digital do Ceará, que será garantido por recursos da FINEP por até 36 meses. Outros projetos para captação de recursos não reembolsáveis dos Fundos Setoriais se encontram em estudo na ETICE, notadamente as atividades relacionadas à inclusão digital através de banda larga.

Revitalização do Rio Cocó e Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará - ZEEC

Revitalização e regularização legal do Parque do Cocó.

Os projetos estão sendo desenvolvidos por um Grupo de Trabalho através de reuniões semanais constituído por instituições governamentais (federal, estadual e municipal), não governamentais, universidade., etc.

Memória Turística

Organização de todo o material que constitui a memória institucional da atividade turística no Estado

Turismo Sustentável e Infância - Exploração Sexual Infantil

Ação de combate direto à exploração sexual de crianças em parceria com o MTUR, Prefeitura, ONGs, UNICEF e Secretarias de Estado.

Realização de campanhas de combate a exploração sexual infantil e do adolescente.

Cooperação Entre Estado e Município

Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.
Elaboração de instrumental para diagnóstico, palestras e debates sobre a natureza da atuação dos Conselhos e definição do seu perfil. O trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com a UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação). Estão envolvidos 56 conselhos no Ceará.

Fortalecimento das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido.

Desenvolvida em parceria com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Esta ação se concretiza em 05 municípios sob a jurisdição da CREDE de Tauá e 10 municípios da CREDE de Crateús. A SEDUC se responsabiliza pelo assessoramento técnico-financeiro e pedagógico na área de gestão.

Organização e Gestão Democrática da Educação Básica

Apoio às ações de mobilização social para elaboração do Plano Decenal de Educação.

Compreende esta ação um intenso processo de mobilização de diversos segmentos sociais, envolvendo toda a sociedade, para discussão de assuntos de interesse da educação. Serão desenvolvidas 12 Audiências Públicas e 12 Conferências regionais, e 07 Encontros Temáticos para subsidiar com propostas a elaboração do Plano Decenal de Educação - 2017-2018.

Apoio à Formação de Consórcios Públicos Municipais

Compreende o incentivo à formação de consórcios públicos intermunicipais para a realização de serviços públicos de interesse comum. A inovação identifica-se no entendimento de que os consórcios podem (e devem) ser estruturados para objetivos múltiplos.

Redesenho Dos Processos Participativos

Fortalecimento da governança dos Arranjos Produtivos Locais APLs por meio de uma política descentralizada, que envolva a participação direta, e em igualdade de condições, dos atores sociais do estado e de instituições parceiras na pactuação de prioridades, na elaboração de projetos, no encaminhamento de pedidos de financiamento, na implementação e nas etapas de avaliação e acompanhamento.

Sensibilização do Público Interno da Segurança Pública para o Fortalecimento do Sistema Gcrises.

O trabalho de **Gerenciamento de Crises** busca minimizar os impactos causados por situações que podem vir a prejudicar a imagem da organização da segurança pública.

“GERENCIAMENTO DE CRISES É O PROCESSO DE IDENTIFICAR, OBTER E APLICAR OS RECURSOS NECESSÁRIOS À ANTECIPAÇÃO, PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE UMA CRISE”. (MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de gerenciamento de crises.**)

Sensibilização do Profissional de Segurança Pública para o Desenvolvimento de seus Trabalhos à Luz da Cultura da Paz.

Uma atuação policial mais interativa e próxima do cidadão deve acontecer com uma abordagem que potencialize um maior empenho da comunidade na prevenção criminal, sem, naturalmente, desprezar-se o aspecto da repressão sempre que se fizer necessário.

A implementação deste modelo de policiamento de proximidade comunitária deve ser voltada para a resolução de problemas das coletividades.

Comitê Cearense de Inclusão Digital

Tem por objetivo reunir todas as instituições existentes no Estado que têm como foco a inclusão digital, para definir uma política integrada das ações. O Comitê tem a coordenação da Secitece, contando com a participação das seguintes Instituições: Funcap; UVA; Funece; Urca; Instituto Centec; Secult; Seduc; STDS; Secretaria das Cidades; Unifor; UFC; Senai; Etice; Insoft; Sebrae; Cefet; ONG BrOffice.org; Instituto Titan; Insoft; Instituto Atlântico; Instituto Aldy Mentor; Seplag; Aprece; Prefeitura Municipal de Fortaleza.

GESPÚBLICA

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização tem por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do País. A Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) ancora o Comitê de Desburocratização com a finalidade de desregulamentar e simplificar processos.

Plano de Saúde do Servidor

O Projeto de Criação do Plano de Saúde dos Servidores está em fase de elaboração e deverá ser discutido com a categoria. Tem o objetivo de ampliar, com qualidade e sustentabilidade a atenção de saúde do servidor público.

Prêmio Melhores Práticas de Gestão

O Projeto Prêmio Melhores Práticas de gestão e de Resultados do governo do estado Ceará tem como objetivo identificar, documentar, avaliar, premiar e difundir essas práticas de gestão de projetos e de resultados alcançados pelos órgãos.

Sistema de Ética E Transparência

O Sistema de Ética e Transparência do Poder Executivo Estadual tem a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética para disseminar o acesso, a informação e a transparência nas políticas públicas; integrar os órgãos, entidades, programas e ações relacionados com a ética pública e propor procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública.

Mesa de Negociação Permanente

A Mesa de Negociação é um canal de diálogo e tem como objetivo abrir um espaço com os sindicatos, que são os representantes legítimos dos servidores para discutir com o governo do estado matérias de interesse da classe.

Centro de Gestão de Desenvolvimento Tecnológico - CGDT

A criação do Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico- CGDT tem como objetivo fomentar o desenvolvimento tecnológico do Estado por meio da promoção e

realização de estratégias e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. O CGDT pretende incentivar competências locais de TIC, elevando o padrão de serviços prestados ao Governo por empresas e institutos de desenvolvimento.

Estratégia de Cooperação Federativa

Com a finalidade de fortalecer a participação dos parlamentares estaduais e prefeitos municipais na interlocução com a sociedade, a execução do PPA contará com uma estratégia de viabilidade de projetos priorizados pelos parlamentares em articulação com as prefeituras, que deverão ter como principal propósito o fortalecimento das ações municipais voltadas para a melhoria das condições de vida da população cearense.

As prefeituras apresentarão projetos de interesse da sociedade local que serão analisados por um comitê gestor, o qual os encaminhará para as Secretarias Setoriais, com vistas à sua inclusão nos programas do PPA.

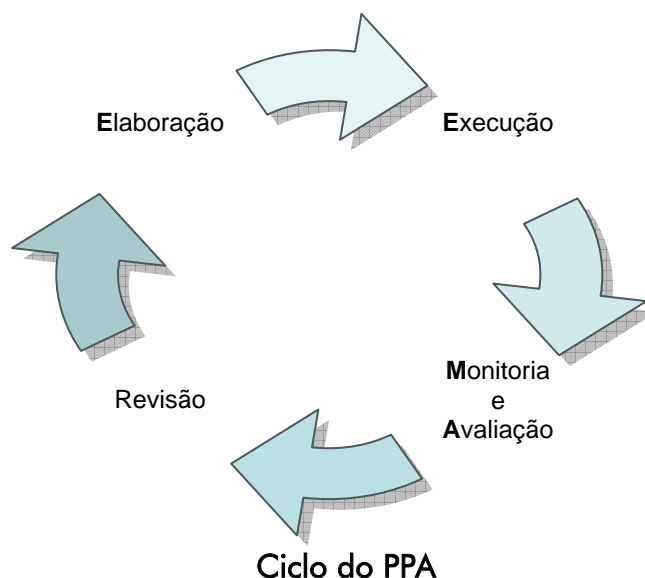
A execução desses projetos será feita dentro dos princípios da ética, publicidade e transparência que permeiam todas as ações do PPA, bem como seguirão todos os procedimentos legais que regulam o repasse de recursos entre Estado e Municípios.

Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Através da Secretaria do Planejamento e Gestão o Projeto contempla ações para construção e capacitação dos colegiados regionais de gestão compartilhada bem como ações de formação dos servidores em gestão.

VIII - GESTÃO DO PPA 2008 - 2011

O processo de gestão do PPA é composto pelas etapas de elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão. Essas etapas formam o ciclo de gestão do PPA representado na figura abaixo.



Os mesmos princípios que nortearam a etapa de elaboração do PPA, em especial o foco em resultados, o enfoque regional e a participação deverão ser exercitados durante as demais etapas do ciclo de gestão do Plano. Gerenciar a execução, monitorar e avaliar os resultados é tão ou mais importante do que elaborar os Programas e Ações.

O PPA 2008-2011 utiliza a metodologia de gestão por resultados (GPR). Diferentemente do modelo de gestão pública tradicional, que tem como foco a oferta de produtos e serviços do Governo, a GPR foca os resultados, ou seja o impacto na vida da população, sendo os produtos e serviços um meio para alcançá-los.

Por isso, o PPA 2008-2011 contempla arranjos de gestão diferenciados, envolvendo a regionalização das ações de governo em 08 macrorregiões, visando dar maior sinergia às ações setoriais e a cooperação com o poder local e a sociedade.

Os arranjos de gestão prevêm a existência de colegiados regionais, constituídos por representantes dos segmentos populares, do setor privado e do poder governamental.

Os colegiados foram envolvidos na identificação dos temas críticos (problemas e potencialidades regionais) e priorizaram ações para as respectivas regiões. Anualmente, esses colegiados serão mobilizados para acompanhar a execução do PPA em cada região. Eventos de capacitação serão oferecidos aos membros dos colegiados regionais, visando oferecer maior preparação das lideranças para dialogar com o governo.

Desde o início deste Governo, as secretarias setoriais têm promovido fóruns e conferências temáticas para discussão com a sociedade, tendo como exemplo as conferências de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Cidades, Educação, Segurança Alimentar, Segurança Pública, Constituinte Cultural, Planejamento Estratégico da Agricultura Familiar, dentre outras, as quais alimentam a gestão do PPA.

Ademais, para viabilizar o diálogo permanente entre governo e sociedade, está sendo instituído o Portal do PPA, mecanismo de acesso a todas as informações da execução dos programas de governo, com o compromisso de regionalizar a base de dados e de resultados alcançados.

Gerenciamento e responsabilidades

No âmbito interno do Governo, a gestão do Plano é coordenada pela Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, num processo compartilhado com as secretarias setoriais, tendo a incumbência adicional de facilitar a articulação intersetorial e o enfoque regional.

As secretarias setoriais são os executores das ações finalísticas do governo, sendo responsáveis pelo gerenciamento e monitoramento dos programas de sua área de atuação.

O Comitê de Gestão por Resultados e de Gestão Fiscal – COGERF é uma instância colegiada do Governo que formula diretrizes para execução e para a gestão do Plano e da execução orçamentária.

O PPA 2008-2011 contém programas setoriais, que são planejados e executados por um única secretaria, e os programas multisetoriais, que são planejados e executados por mais de uma secretaria envolvendo mais de um setor.

Para o gerenciamento de cada programa setorial, será designado um gerente na secretaria responsável pela sua execução. Para o gerenciamento de cada programa multissetorial, será designado um gerente nos Órgãos que tenham ação no Programa, os quais comporão um comitê gestor coordenado por um dos gerentes acima ou outro gestor designado pela SEPLAG.

Em nível operacional de cada secretaria, a gestão do programa e a coordenação das ações são de responsabilidade dos gerentes de programa que, por sua vez, em nível tático, são ligados aos coordenadores de planejamento das secretarias setoriais, e em nível estratégico, aos secretários de governo, em suas respectivas áreas de trabalho.

Assim, compete ao gerente de programa:

- a) viabilizar a execução e realizar o monitoramento de todas as ações do programa;
- b) responsabilizar-se pela obtenção dos produtos expressos na meta física das ações que compõe o programa;
- c) utilizar os recursos de forma eficiente, segundo normas e padrões mensuráveis, dentro do programa;
- d) Gerenciar os riscos e as restrições que possam influenciar a execução das ações no programa;
- e) estimar e avaliar o custo das ações e os benefícios esperados, dentro do programa;
- f) participar da elaboração do plano gerencial do programa; e
- g) validar e manter atualizadas as informações da execução física e financeira das ações, dos resultados, da gestão de restrições e dos dados gerais do programa sob sua responsabilidade, mediante alimentação do Sistema

Integrado de Acompanhamento de Programas – SIAP e no Sistema Integrado de Orçamento e Finanças – SIOF, e elaboração de relatórios qualitativos.

Avaliação e Revisão do PPA

O PPA 2008-2011 passará por duas avaliações, uma de meio termo e outra no último ano, visando a aferição do alcance de seus resultados e alimentando o processo de revisão ou a formulação do novo PPA durante o ano de 2011.

O PPA sofrerá uma revisão durante o ano de 2009, para permitir os ajustes necessários para a segunda metade de sua execução. Os ajustes são realizados na formulação dos orçamentos anuais.

O processo de revisão dos programas finalísticos será precedido de análise de seu modelo lógico, de modo a avaliar o desenho do Programa e ajustá-lo no que for necessário na sua execução para uma melhor gestão por resultados.

Todo programa tem uma justificativa que o fundamenta. O aprofundamento do conhecimento da lógica de como suas ações e produtos foram projetados, para obtenção dos resultados pretendidos, bem como a verificação se as premissas iniciais estão se confirmando ou necessitam ser revisadas, fundamentam a revisão a ser feita no segundo ano de execução do PPA..

Analisar, avaliar e revisar a lógica dos programas significa aprofundar o conhecimento sobre a natureza, gravidade e extensão do problema ou demanda da sociedade que o originou, permitindo ajustá-lo ou mesmo compatibilizá-lo com outros programas do PPA, potencializando seus resultados.

Nesse processo, assumem papel relevante os representantes da sociedade e beneficiários da política, na atuação dos colegiados regionais e na interlocução via Portal do PPA, para acompanhamento das ações e maior efetividade de resultados.